

Cooperativa Eletrificação Anita Garibaldi
CERGAL

Prestação Anual Contas
2023

Tubarão, Abril de 2023

Índice

Relatório da Administração Societário	03
Balanco Patrimonial Societário	38
Demonstração das Sobras do Exercício Societário	41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	43
Demonstração do Valor Adicionado	47
Demonstração do Fluxo de Caixa	45
Notas Explicativas Societárias	50
Parecer do Conselho Fiscal	73
Parecer dos Auditores Independentes Societário	75
Relatório da Administração Regulatório	80
Balanco Patrimonial Regulatório	114
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	117
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	119
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	121
Notas Explicativas Regulatórias	124
Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	148
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	156

RELATÓRIO da ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGAL foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGAL é atuar no setor de energia elétrica oferecendo produtos (bens e serviços) com qualidade, confiabilidade e continuidade dos associados e consumidores, resguardando o espírito cooperativista.

Temos ainda como visão ser referência como cooperativa em tecnologia, serviços, comercialização, distribuição e autonomia maximizando seu nível de energia, visando maior competitividade no setor de energia elétrica.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida no trabalho; fortalecer o cooperativismo a participação e a solidariedade; valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família; responsabilidade social e respeito ao meio ambiente; ética e transparência.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2023.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e associados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 20.155 associados. As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2023 foi à classe residencial com o incremento de 7,37% comparado a 2022 seguida da classe de serviços públicos que obteve crescimento de 10,16%.

Nossa pesquisa interna de satisfação do consumidor, atingiu um índice de 99,8% de satisfação. Já a pesquisa externa bienal, atingiu 94,42% de satisfação, confirmando nossa excelência no atendimento.

O desenvolvimento dos colaboradores resulta na melhoria contínua dos processos e serviços prestados, por acreditar nisso, a Cergal promove iniciativas com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a iniciativa acumulou 107,04 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador, compreendendo o programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, beneficiando no último ano 11 colaboradores estudantes de graduação e pós graduação, além das ações internas, externas e in company, com abrangência das mais diversas áreas, tais como:

- **Área Técnica:** Eletricista de distribuição de energia elétrica, Resolução normativa nº 1.000, PRODIST módulo 8 – Qualidade do fornecimento de energia elétrica, INDGER – Indicadores gerenciais da distribuição, módulo CODRT – Useall, Geração distribuída – proteção e análise de parâmetros, P3 – Sistema para gestão e controle dos projetos de geração distribuída, Registrador de média tensão, PDD – Plano de desenvolvimento da distribuidora, Reles de proteção Pextron, SENDI – Seminário nacional de distribuição de energia elétrica, rede subterrânea de distribuição, além dos treinamentos e/ou reciclagens das normas regulamentadoras: NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio, NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, NR 12 - Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo e NR 35 – Capacitação para Trabalho em Altura.

- **Área Administrativa e Comercial:** Auditores internos NBR ISO 9001:2015, Escrituração contábil e fiscal, DIRF: Atualizações e modificações, ENOSE – Encontro nacional dos ouvidores do setor elétrico, ENCOPAC – Encontro nacional de contadores para prestação anual de contas, PDGC – Programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas, Formação de coordenadores sociais, PDL – Programa de desenvolvimento de liderança, ENCONSEL – Encontro nacional dos contadores do setor de energia elétrica e palestras com temas relacionados a postura profissional, motivação e cooperativismo.

Além dos treinamentos nos procedimentos de qualidade Cergal, que definem e padronizam a execução dos processos. Já para o quadro de diretores o tema do treinamento foi cooperativismo.

A excelência na prestação dos serviços, por meio do atendimento aos requisitos dos associados/consumidores e da entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazo combinado, é nossa prioridade.

Motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, a Cergal conquistou em 2022 o certificado ISO 9001:2015, para o escopo do sistema de gestão da qualidade: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.” Emitido pelo organismos certificador TÜV Nord Brasil, valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Já no ano de 2023, manteve a recomendação da certificação, por meio de auditoria externa de monitoração, realizada em 03 de outubro.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGAL distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 20.155 consumidores sendo que 18.561 são da classe residencial, 813 da classe comercial, 192 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 584, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2023, 667 novas ligações, sendo 598 Residenciais, 51 Comerciais, 5 Industriais, 12 Rurais e 01 Iluminação Pública, totalizando 20.155 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2023, representando 1,97% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores

Consumidores	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	18561	18172	17.812	17.436	16.936
Comercial	813	796	786	763	724
Industrial	197	202	189	184	201
Rural	521	535	543	546	520
Poderes Públicos	41	43	44	44	41
Iluminação Pública	6	4	4	4	4
Serviço Público	16	13	13	14	11
Total	20.155	19.765	19.391	18.991	18.437
Variação	1,97%	1,93%	2,11%	3,00%	2,32%

.Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGAL no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de 59,74 GWh.

Mercado Atendido - GWh	2023	2022	2021	2020	2019
Energia Faturada	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Fornecimento	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Residencial	37,93	35,32	34,68	34,18	33,42
Comercial	9,80	9,41	9,65	8,96	9,09
Industrial	4,25	4,77	4,36	7,63	14,97
Rural	3,09	3,13	2,65	2,70	3,12
Poderes Públicos	0,69	0,76	1,23	0,98	0,84
Iluminação Pública	3,68	3,56	3,49	3,35	3,37
Serviço Público	1,25	1,30	1,18	1,24	0,50
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	17,37	15,52	15,81	15,12	4,73
Total	78,07	73,79	73,06	74,16	70,04
Variação	5,80%	1,00%	-1,48%	3,75%	4,86%

Balanzo Energético

Energia Requerida	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de Energia	81,31	80,21	78,89	62,68	70,61
Fornecimento	59,74	58,33	57,31	59,05	65,32
Suprimento p/ agentes de distribuição			0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	17,37	15,52	15,81	15,12	4,73
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	77,12	73,86	73,12	74,17	70,05
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	4,19	6,35	5,76	3,63	5,29
PT/Energia requerida %	5,16%	7,92%	7,31%	5,78%	7,49%
Total	81,31	80,21	78,89	77,80	75,34

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGAL são de 12,87%.

A CERGAL vem investindo constantemente em ações que resultem na redução do índice de perdas da empresa, sendo assim tem investido na repotenciação dos condutores e transformadores, intensificação na fiscalização das medições nas unidades consumidoras, bem como na substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos.

Com a construção e entrada em operação da subestação foi possível melhorarmos ainda mais a confiabilidade e continuidade no sistema elétrico. A seguir apresentamos a evolução do índice de perdas nos últimos 5 anos.



Distribuição Direta por Classe de Consumo

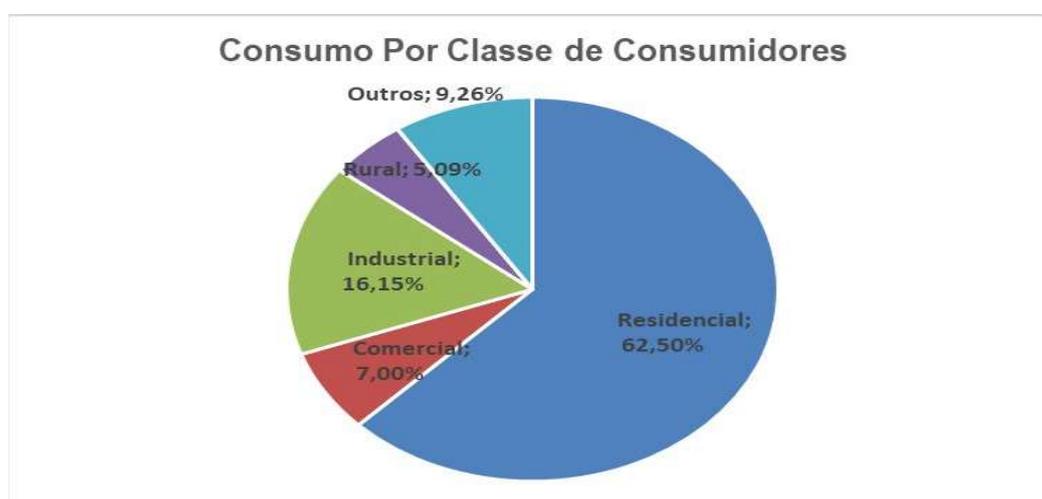
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2023 foi de 60.69 MWH e no mercado livre 17.37 MWH registrando um aumento no mercado da permissionária de 4,15% em relação a 2022.

A classe que teve maior crescimento foi a Residencial, com acréscimo de 7,37% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	37,93	35,32	34,68	34,18	33,42
Industrial	4,25	4,77	4,36	7,63	14,97
Comercial	9,8	9,41	9,65	8,96	9,09
Rural	3,09	3,15	2,65	2,70	3,12
Outros	5,62	5,62	5,91	5,58	4,71
Total	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Variação	4,15	1,78	-3,05	-9,59	-3,26



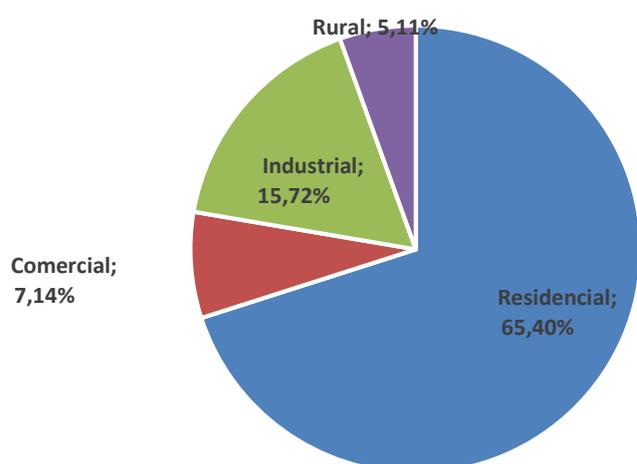
Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 51.126,69 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ Mil

Classe	2023	2022	%
Residencial	33.437,35	30.996,20	7,88%
Industrial	3.651,55	3.935,80	-7,22%
Comercial	8.039,27	7.986,46	0,66%
Rural	2.612,46	2.466,00	5,94%
Outros	3.386,06	3.539,61	-4,34%
Total	51.126,69	48.924,07	4,50%

OBS: Energia elétrica faturada

Receita bruta por classe de consumidores



TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.270 de 26 de setembro de 2023, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL, cujo reajuste médio foi de -0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2023 a 29 de setembro de 2024.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2023, atingiu R\$ 692,23/MWh com uma redução de 3,95% com relação a dezembro de 2022.

OBS: Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2023	2022
Residencial	760,57	769,85
Comercial	686,90	694,74
Industrial	729,21	680,41
Rural	718,58	672,25
Outros	509,50	516,68
Média Geral	692,23	720,69

	0-30	31-100	101-220	>220
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	233,06	399,53	599,30	665,89

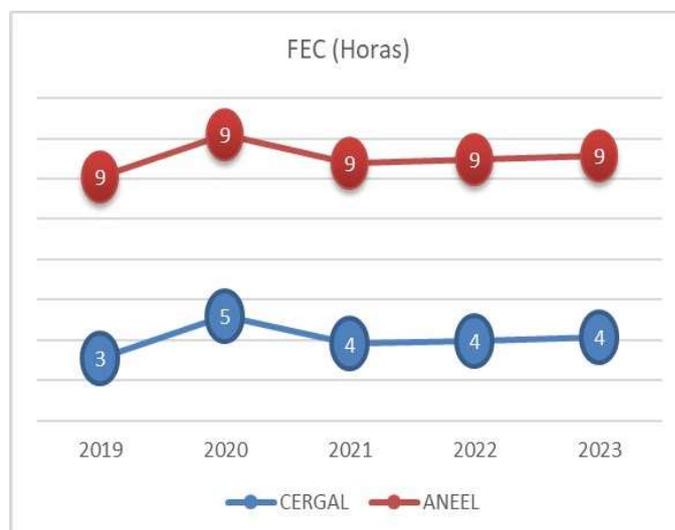
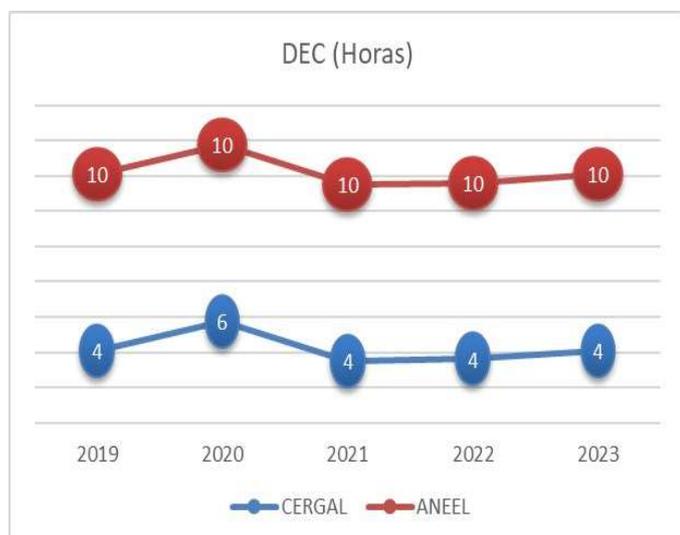
Composição da Tarifa

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	39.666,36	9.649,84	4.349,04	3.120,01	743,18	3.711,26
Impostos	6.487,30	1.677,36	726,41	528,60	118,03	857,11
PIS	9,09	2,35	1,02	0,74	0,17	1,20
COFINS	41,97	10,85	4,70	3,42	0,76	5,55
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	6.436,23	1.664,16	720,69	524,44	117,10	850,36
Taxas	5.281,87	1.365,68	591,43	430,38	96,10	697,84
Fiscalização	61,07	15,79	6,84	4,98	1,11	8,07
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	3.890,72	1.005,99	435,66	317,03	70,79	514,04
CDE Covid-19	733,88	189,75	82,18	59,80	13,35	96,96
PROINFA	596,21	154,16	66,76	48,58	10,85	78,77
Bandeira Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	9.453,55	2.444,32	1.058,55	770,30	171,99	1.249,01
Encargos de uso da rede elétrica	4.737,24	1.224,86	530,45	386,00	86,19	625,89
Despesas de pessoal	4.495,84	1.162,45	503,42	366,33	81,79	593,99
Outras despesas operacionais	3.749,50	969,47	419,85	305,52	68,22	495,39
Tarifa bruta da concessionária (*)	27.897,18	6.606,80	3.031,19	2.161,03	529,06	2.156,30
Resultado	5.461,04	805,70	518,93	332,87	120,87	-807,97

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2019	4,07	3,11	0,86
2020	5,73	5,21	0,71
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71
2023	4,1	4,13	0,63



Atendimento ao Consumidor – A CERGAL não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios dos Municípios que a CERGAL distribui energia elétrica encontram-se atendidos.

Além da sede administrativa, a CERGAL conta com mais 02 (dois) postos de atendimento, oferecendo atendimento personalizado por profissionais capacitados e qualificados com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

Em 2023 a CERGAL através do setor de controle de qualidade realizou vários monitoramentos e análises da qualidade de tensão que é fornecida aos consumidores/associados. Neste ano, foram realizadas 205 medições de tensão amostrais da ANEEL e 06 medições de tensão solicitadas pelos consumidores/associados.

A CERGAL dispõe do canal alternativo para atendimentos, que é nossa ferramenta de WhatsApp. No ano de 2023 foram realizados 6.780 atendimentos, alcançando um índice acima de 90% referente agilidade e satisfação dos nossos associados.

Tecnologia da Informação

No ano de 2023, o foco da Cergal foi a manutenção da estrutura lógica da Cooperativa, focando em fornecer a sua equipe o material de segurança e confiabilidade.

Atendendo a LGPD, com reuniões mensais com a comissão, na qual o TI teve um papel fundamental para maximizar as ações, assim como um trabalho junto com uma empresa terceirizada, focado em testar, avaliar, definir e agir nas vulnerabilidades apresentadas na rede da empresa.

O TI tem trabalhado também com o objetivo de manter os equipamentos devidamente atualizados, com servidores virtualizados, contribuindo com o controle e coleta de informação, agilizando as instalações o cuidado e o acompanhamento.

Os departamentos estão interligados através de pastas no servidor, onde a intranet é controlada pelos usuários de domínio, a qual tem por finalidade a segurança das informações obtendo cópia de segurança diária.

Uma estrutura assim, permite um comprometimento com a necessidade de cumprir fidedignamente com as informações encaminhadas a agência ANEEL, com garantia assegurada através dos backups personalizados, os quais sempre que solicitados cumpriram com sua missão, também houve uma abrangência consistente de backup com a ferramenta Nakivo, além de ser um indicador da área de TI na qual é acompanhado pela ISO.

A preocupação com a segurança da informação na Cooperativa se mantém devido ao tanto de ações de *hackeamento* que ocorre nas empresas em geral, com isto, os colaboradores são constantemente informados de medidas de atenção e prevenção, além de manter softwares atualizados evitando bugs que afetem a segurança, além da utilização de um firewall com regras de segurança para toda rede interna.

O software de automatização está funcionando em perfeito estado, o qual está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Visando manter um atendimento personalizado, a CERGAL valoriza o cuidado com as informações que lhes são fornecidas, por isso, tem investido na segurança das mesmas, assim como do ambiente de trabalho, qualificando a equipe e dispondo das ferramentas no mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2023, as sobras foram de R\$ 6.976,88 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 5.380,00 (Reais/mil) em 2022, ocasionando um aumento nas Sobras na Ordem de (29,68)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 57.467,16 (Reais/mil), superior em (23,64)% em relação a 2022, que foi de R\$ 46.480,00 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2023 R\$ 52.021,01 (Reais/mil), (23,31) % superior em relação a 2022 que foi de R\$ 42.184,18 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 15,50% em relação a 2022.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 9.017,12 (Reais/mil), superior 24,93% a 2022, que foi de R\$ 7.217,47 (Reais/mil), conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2023, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 4.693,34 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 18.660,17.

Evolução e Projeção dos Investimentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2022				
	2021R	2022R	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	14.025,80	2.946,55	4.693,32	5.475,88	6.114,53	2.639,05	2.121,13	2.309,58
Transformador de Distribuição	536,13	574,28	513,38	110,00	120,00	125,00	120,00	128,00
Medidor	651,73	323,15	265,44	201,81	217,03	269,05	286,13	321,58
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.625,40	775,29	841,95	550,00	500,00	485,00	490,00	500,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.135,12	1.212,88	3.027,73	3.364,07	4.477,50	1.200,00	875,00	960,00
Redes Alta Tensão (69 kV)			44,82					
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10.077,41	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	0,01	60,95	-	1.250,00	800,00	560,00	350,00	400,00
Obrigações Especiais do AIS Bruto	823,55	669,42	947,70					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	823,55	669,42	947,70					
Outros		-	-					
Originadas da Receita		-	-					
Ultrapassagem de demanda		-	-					
Excedente de reativos		-	-					
Outros		-	-					
Outros		-	-					

¹ Para o cadastro de subestações, considerar o maior nível de tensão do(s) transformador(es) da subestação.

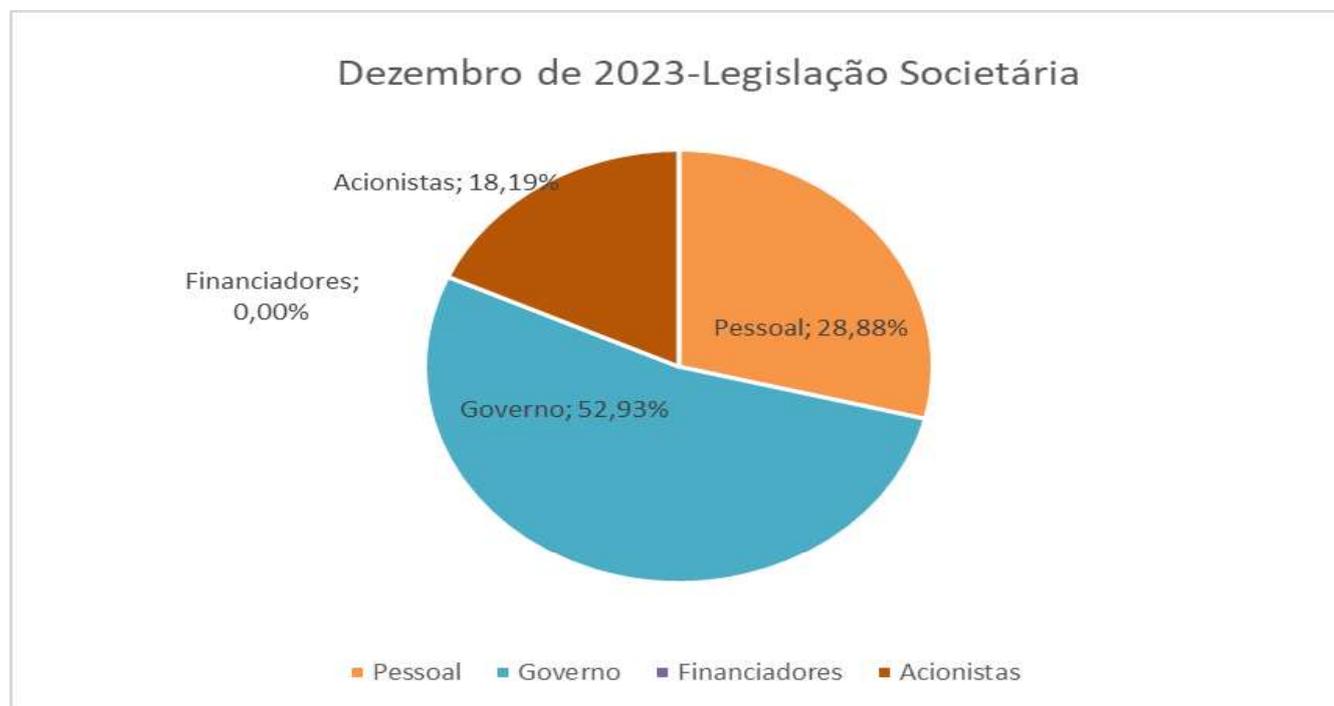
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Plano de Investimentos 2023	4.693,32	5.475,89	6.114,53	2.639,04	2.121,13	2.309,58
	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P	
Plano de Investimentos 2022	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	2.033,98	
Diferença	11,32%	-15,73%	102,57%	38,61%	4,28%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2023- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS
	2024- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, COM MENOR EXPECTATIVA DE EXECUÇÃO.
	2025- OBRAS E PLANEJAMENTO COM INTENÇÃO DE MAIOR INVESTIMENTO
	2026- REPLANEJAMENTO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS
	2027 - VARIAÇÃO ACEITÁVEL

Captações de Recursos: Os investimentos de 2023 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2023 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERGAL foi de R\$ 37.405,00 (Reais/mil), representando 48,94% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 8.729,94 mil. A quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Relações com o Mercado: A CERGAL participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico. A CERGAL objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;
- A ética;
- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGAL vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGAL em Números

Atendimento	2023	2022	%
Número de consumidores	20.155	19.765	1,97%
Número de empregados	87	85	2,35%
Número de consumidores por empregado	231,67	232,53	-0,37%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%

Mercado	2023	2022	%
Área de permissão (Km2)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7.448	7.487	-0,52%
Distribuição direta (GWh)	60,69	58,34	4,03%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.041,31	1.943,89	5,01%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	692,23	720,69	-3,95%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	760,57	769,85	-1,21%
Comercial	686,90	694,73	-1,13%
Industrial	729,21	680,41	7,17%
Rural	718,58	672,25	6,89%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	4,10	3,61	13,57%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	29,82	29,55	0,91%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11,15	10,85	2,76%
FEC (número de interrupções)	4,13	3,94	4,82%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	1,57	1,44	9,03%

Operacionais	2023	2022	%
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	597,18	579,32	3,08%
Capacidade instalada (MW)	62,29	59,90	3,99%

Financeiros	2023	2022	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	75.369,00	62.507,00	20,58%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	56.467,00	46.480,00	21,49%
Margem operacional do serviço líquida (%)	33,47%	34,48%	-2,92%
EBITDA OU LAJIDA	9.017,12	7.217,47	24,93%
Lucro líquido (R\$ mil)	6.977,00	5.380,00	29,68%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	49.316,00	42.698,00	15,50%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	14,15%	12,60%	12,28%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	36,38%	40,49%	-10,16%
Em moeda nacional (%)	36,38%	40,49%	-10,16%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%

Indicadores de Performance	2023	2022	%
Salário Médio dos Funcionários:	5,36	5,26	1,73%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	934,64	943,68	-0,96%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	4,03	4,06	-0,59%
Retorno de ativos por unidade	0,85	0,77	10,28%

Balanco Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são sustentados pelo engajamento e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 87 colaboradores. O envolvimento e a produtividade aliados ao direcionamento da liderança e a transparência nas operações, demonstram o alinhamento das ações com vistas aos melhores resultados.

A CERGAL proporcionou ao seu quadro funcional treinamentos, palestras reciclagens, ensino médio, curso técnico e ensino superior nas áreas específicas. Sempre pensando no melhor para seus colaboradores, no aprendizado contínuo e no melhor desempenho dos mesmos em sua função.

Treinamento e Desenvolvimento

O desenvolvimento dos colaboradores resulta na melhoria contínua dos processos e serviços prestados, por acreditar nisso, a Cergal promove iniciativas com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a iniciativa acumulou 107,04 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador, compreendendo ações internas, externas e in company, além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, beneficiando no último ano 11 colaboradores estudantes de graduação e pós graduação.



Desenvolvimento de Lideranças

Com o objetivo de fortalecer e desenvolver competências que potencializem a performance e resultados dos líderes, em 2023 foi iniciado o PDL (Programa de Desenvolvimento de Lideranças), sob a condução de consultoria especializada, 13 líderes participaram das atividades realizadas por meio de módulos. A programação contou com temas pertinentes, como inteligência emocional e instrumentos práticos de feedback.



Normas Regulamentadoras

Capacitar os colaboradores para o desempenho das atividades com foco na preservação da saúde e segurança em conformidade com a legislação vigente, é prioridade na Cergal, que durante o ano realizou os treinamentos de capacitação e reciclagem de acordo com as normas regulamentadoras NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 12 (Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo), NR 35 (Trabalho em Altura), além da capacitação de Eletricista de Distribuição de Energia Elétrica, totalizando 109 colaboradores participantes.

CIPA

Em atendimento a NR 05, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), representada por oito colaboradores, é responsável por observar,



identificar, intermediar e propor ações que minimizem os riscos e potencializem a preservação da saúde e segurança dos colaboradores. Para tanto, os membros da comissão passaram por 20 horas de treinamento, durante o período de 28 a 30 de novembro.

SIPAT

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho trouxe como tema principal Assédio NÃO!.

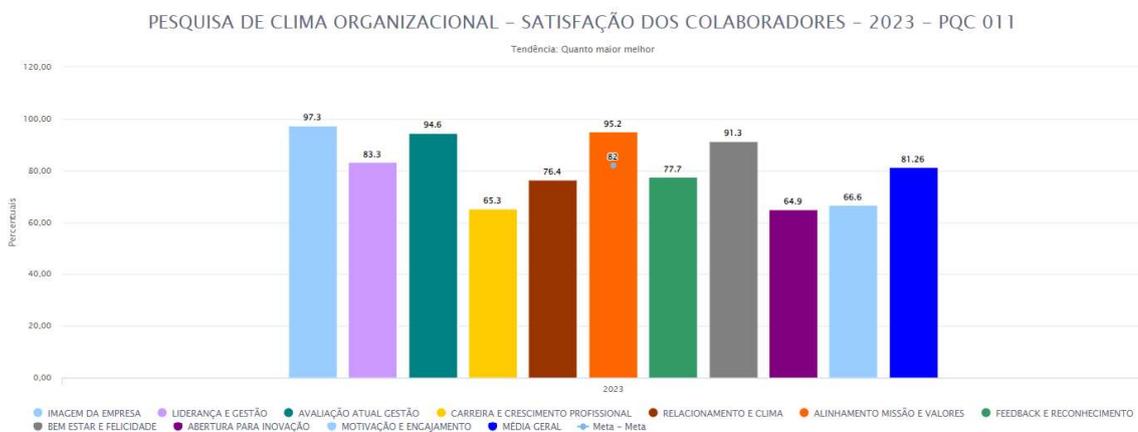


Realizada entre os dias 30 de agosto e 01 de setembro, contou com 311 participações de colaboradores, atividades como integração, teatro, bioimpedância e palestras sobre os temas: saúde bucal, risco de choque elétrico e EPI, diferença entre light e diet, dependência digital, acidentes no sistema de distribuição de energia elétrica e assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, integraram a programação.



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma ferramenta de gestão que possibilita mensurar a opinião dos colaboradores referente as políticas e práticas adotadas pela Cergal. A partir da análise dos resultados é possível alinhar expectativas e definir ações com o intuito de tornar o ambiente de trabalho cada vez melhor. Em 2023 o processo foi em formato digital e conduzido por empresa especializada, atingindo a média geral de 81,26% de satisfação dos colaboradores.



Valorização

O reconhecimento é pauta constante na Cergal, com o propósito de envolver e engajar os colaboradores na construção e manutenção de uma cultura interna saudável e propícia à produtividade, algumas ações marcaram a rotina, com destaque as datas comemorativas: carnaval, dia internacional da mulher, festa junina, jantar de fim de ano e, demais ações de reconhecimento que evidenciam o alcance de resultados.



Benefícios

O pacote de benefícios é um conjunto de vantagens cada vez mais eficaz para atrair e reter bons profissionais, promover o bem-estar e incentivar a produtividade. Desta forma, atenta a qualidade de vida dos colaboradores, a Cergal oferece:

- plano de saúde;
- plano odontológico;
- vale alimentação;
- vale transporte;

- auxílio educação;
- seguro de vida;
- previdência privada.

Além do acompanhamento por meio de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com estrutura para festas e eventos, campo de futebol e parque infantil.

Responsabilidade Social

Consciente de seu papel nas comunidades que compreendem a área de permissão e, a busca constante pelo fortalecimento de laços saudáveis e duradouros a partir da construção de um legado de oportunidades, a Cergal vem reforçando sua atuação como empresa cidadã.

A 2ª edição do Programa Mulheres Cooperativistas ocorreu entre os dias 28 de março e 25 de julho, encerrando com o evento de formatura das 51 mulheres da comunidade de São Luiz e Vila Esperança.



Já o Programa Jovens Cooperativistas Catarinense, teve sua 1ª edição entre os dias 02 de agosto e 19 de outubro, também com o evento de formatura dos 47 jovens, estudantes do terceiro ano da Escola Martinho Alves dos Santos.



Os programas acontecem em parceria com o SESCOOP e visa difundir o cooperativismo e seus princípios e, fomentar alternativas e estratégias de desenvolvimento, que elevem o autoconhecimento e a consciência do seu papel nas comunidades onde atuam.

Temas relacionados à liderança cooperativista, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, desenvolvimento da comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e equilíbrio emocional e protagonismo/projeto de vida, compõem os programas.

Além do apoio à outras iniciativas pautadas na educação e cidadania.



Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Sistema de Gestão da Qualidade

A excelência na prestação dos serviços, por meio do atendimento aos requisitos dos associados/consumidores e da entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazo combinado, é nossa prioridade.

Motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, a Cergal conquistou em 2022 o certificado ISO 9001:2015, para o escopo do sistema de gestão da qualidade: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.” Emitido pelo organismos certificador TÜV Nord Brasil, valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Já no ano de 2023, manteve a recomendação da certificação, por meio de auditoria externa de monitoração, realizada em 03 de outubro.



Planejamento Estratégico

Pautado nas análises dos cenários interno e externo, nos requisitos e desejos das partes interessadas e nos aspectos legais que regulam nosso setor, é definido um conjunto de objetivos estratégicos que visam potencializar resultados, antecipar ações de reação às mudanças e nortear o caminho a ser traçado a médio e longo prazo.



Com suporte de consultoria especializada, o planejamento estratégico é revisado anualmente, para monitoramento da aderência dos objetivos traçados e seus respectivos planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais serve de diretriz para o comportamento de nossos colaboradores vinculados, direta ou indiretamente, na prestação de serviços prestados aos associados/consumidores. O respeito aos dados pessoais já é prática recorrente, sob orientação de consultoria especializada, um conjunto de ações vem sendo implementado, incluindo procedimentos relacionados à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis, que visam assegurar os direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais dos usuários, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

A Cergal conta com os diretores e colaboradores para consistentemente, fazer o que é certo, da maneira adequada, com vistas a construção de relações de trabalho saudáveis e duradouras e a preservação da boa reputação, que é a base do sucesso de qualquer negócio.

Para assegurar que nossos comportamentos expressem os valores que compartilhamos no âmbito do trabalho e, estejam em conformidade com a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022, a Cergal, por meio de pesquisas e suporte jurídico, implementou uma série de ações e, incluiu novas atividades e treinamentos regulares no planejamento anual, de forma que o tema esteja em constante evidência e seja alicerce na conduta dos colaboradores, mitigando o risco de interpretações subjetivas quanto aos aspectos morais, éticos e legais.

a) Demonstração do Balanço Social 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85

Demonstração do Balanço Social - 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023			2022		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	57.467,15			46.480,00		
Lucro Operacional (LO)	6.164,49			4.935,00		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	12.570,19			11.470,23		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	972,99	7,74%	1,69%	946,09	8,25%	2,04%
Encargos sociais compulsórios	2.959,85	23,55%	5,15%	2.540,59	22,15%	5,47%
Entidade de previdência privada	86,90	0,69%	0,15%	84,20	0,73%	0,18%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	453,64	3,61%	0,79%	421,22	3,67%	0,91%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	64,12	0,51%	0,11%	54,27	0,47%	0,12%
Educação - Auxílio educação	42,46	0,34%	0,07%	14,19	0,12%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	33,33	0,27%	0,06%	54,71	0,48%	0,12%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,48	0,03%	0,01%	3,92	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	161,54	1,29%	0,28%	127,76	1,11%	0,27%
Total	4.778,31	38,01%	8,31%	4.246,95	37,03%	9,14%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	2,59	0,04%	0,00%	1,50	0,03%	0,00%
Doações e contribuições	289,71	4,70%	0,50%	211,97	4,30%	0,46%
Total de contribuições para a sociedade	292,30	4,74%	0,51%	213,47	3,46%	0,37%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.964,49	1,62%	17,34%	9.695,64	1,96%	20,86%
Total	10.256,79	1,66%	17,85%	9.909,11	2,01%	21,32%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	46,57	0,76%	0,08%	20,94	0,42%	0,05%
Total	46,57	0,76%	0,08%	20,94	0,42%	0,05%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	1,50	0,03%	0,00%	1,50	0,03%	0,00%
Doações e contribuições	211,97	3,94%	0,46%	155,05	2,82%	0,29%
Total de contribuições para a sociedade	213,47	3,97%	0,46%	156,55	2,91%	0,34%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.695,64	1,80%	20,86%	12.559,81	2,28%	23,72%
Total	9.909,11	1,84%	21,32%	12.716,36	2,31%	24,01%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	20,94	0,39%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%
Total	20,94	0,39%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	87	85
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	25	28
Ensino médio	53	53
Ensino fundamental	9	4
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	7	6
De 30 até 45 anos (exclusive)	45	52
Acima de 45 anos	35	27
Admissões durante o período	7	5
Mulheres que trabalham na empresa	22,99	22,35
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	4,60	2,35
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	73	94
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,08	27,20
Maior remuneração	17,13	16,32
Menor remuneração	0,61	0,6
Acidentes de trabalho	0	1

Demonstrações Contábeis Societárias

BALANÇO PATRIMONIAL Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		23.198	20.531
Caixa e bancos		1.462	1.471
Aplicações financeiras	05	5.399	4.111
Consumidores de energia a receber	06	9.952	9.164
Impostos a recuperar	07	1.189	909
Estoques		231	265
Serviços em curso	08	-	206
Ativos regulatórios	09	1.935	2.591
Despesas de exercícios seguintes		73	81
Subsídios e subvenções	10	2.660	1.091
Outros créditos	11	297	642
NÃO CIRCULANTE		44.057	39.455
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.451	9.597
Impostos a recuperar	07	394	378
Ativo indenizado (Permissão)	4F - 12	10.713	8.842
Outros créditos	11	344	377
INVESTIMENTOS		449	161
IMOBILIZADO	4G - 12	4.821	3.899
INTANGÍVEL	4H - 12	27.336	25.798
TOTAL DO ATIVO		67.255	59.986

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)
PASSIVO

	NOTA	31/dez/23	31/dez/22
CIRCULANTE		11.622	11.186
Fornecedores	14	2.414	2.584
Salários e ordenados a pagar		614	180
Impostos, taxas e contribuições	15	1.314	448
Passivos regulatórios	09	1.937	2.775
Obrigações estimadas	16	1.190	1.101
Encargos setoriais	17	702	592
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-
Repasses a realizar	18	647	533
Subvenções	20	1.733	1.866
Outros débitos	21	1.071	1.107
NÃO CIRCULANTE		6.317	6.102
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.317	6.102
Provisões para contingências	19	152	194
Contingências fiscais	22	1.504	1.504
Obrigações vinculadas ao serviço público	13	4.661	4.404
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	49.316	42.698
Capital social		8.730	8.424
Reserva legal		12.215	9.758
Fates		4.608	3.834
Fundo de manutenção		20.428	18.093
Sobras a disposição da AGO	23	3.335	2.589
TOTAL DO PASSIVO		67.255	59.986

 Luciane da Rosa Bittencourt
 CRC SC 027144/O7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/23	01/jan/22
		a 31/dez/23	a 31/dez/22
INGRESSOS OPERACIONAIS		75.370	62.507
Fornecimento de energia	25	11.442	14.196
Uso do sistema de distribuição	25	45.315	37.852
Serviços		121	141
Receita de construção de infraestrutura		8.632	2.586
Outras receitas operacionais		9.860	7.732
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS		(17.903)	(16.027)
Tributos e contribuições sobre a receita	26	(10.395)	(10.189)
Encargos do consumidor	27	(7.508)	(5.838)
INGRESSOS LÍQUIDOS		57.467	46.480
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(49.491)	(39.554)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	28	(22.738)	(21.193)
Custo de operação			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	29	(10.826)	(9.954)
Material		(1.196)	(898)
Serviços de terceiros		(3.076)	(2.961)
Depreciação e amortização		(1.897)	(1.735)
Custo de construção de infraestrutura		(8.632)	(2.586)
Outros		(1.126)	(227)
SOBRA BRUTA		7.976	6.926
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.812)	(1.991)
Despesas com vendas		(316)	(656)
Despesas gerais e administrativas		(2.232)	(1.974)
Outras despesas operacionais		(626)	(432)
Outras receitas operacionais		1.362	1.071
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		943	531
Dispêndios financeiros	30	(70)	(546)
Ingressos financeiros	30	1.013	1.077
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		7.107	5.466
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(131)	(86)
Contribuição social		(41)	(29)
Imposto de renda		(90)	(57)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		6.976	5.380

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
		FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/21	7.917	7.604	3.103	16.280	26.987	2.636	37.540
1 - AUMENTO DE CAPITAL					-		-
- Integralização/devolução de quotas	7				-		7
2 - AUMENTO DE RESERVAS					-		-
- Destinações estatutárias e legais		518	461	1.813	2.792	(2.792)	-
- Destinações AGO	500	1.636	500		2.136	(2.636)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS					-		-
- Realização da Fates			(230)		(230)		(230)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO					-	5.381	5.381
SALDOS 31/DEZ/22	8.424	9.758	3.834	18.093	31.685	2.589	42.698
1 - AUMENTO DE CAPITAL					-		-
- Integralização/devolução de quotas	6				-		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS					-		-
- Destinações estatutárias e legais		667	639	2.335	3.641	(3.641)	-
- Destinações AGO	300	1.790	500		2.290	(2.589)	1
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS					-		-
- Realização da Fates			(365)		(365)		(365)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO					-	6.976	6.976
SALDOS 31/DEZ/23	8.730	12.215	4.608	20.428	37.251	3.335	49.316
MUTAÇÕES DO PERÍODO	306	2.457	774	2.335	5.566	746	6.618

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	76.434	62.938
Venda de energia e serviços	76.733	63.594
Estorno/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(299)	(656)
(-) INSUMOS ADQU. DE TERCEIROS	(37.131)	(28.136)
Outros insumos adquiridos	(9.867)	(2.970)
Material e serviços de terceiros	(27.264)	(25.166)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	39.303	34.802
(-) RETENÇÕES	(1.898)	(1.736)
Depreciação do período	(1.898)	(1.736)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	37.405	33.066
(+) VALORES REC. DE TERCEIROS	943	531
Receitas (Despesas) financeiras	943	531
(+) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	38.348	33.597
(=) DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO	38.348	33.597
Pessoal	11.076	10.161
Remunerações	7.736	7.023
Encargos sociais (exceto INSS)	588	595
Auxílio alimentação	758	744
Convênio assistencial e outros benefícios	1.708	1.610
Custos imobilizados	286	189
Governo	20.296	18.056
INSS (sobre folha de pagamento)	2.318	1.994
ICMS	10.313	10.105
Imposto de renda e contribuição social	130	86
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	7.535	5.871
Cooperados	6.976	5.380
Sobras retidas	6.976	5.380

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	55.802	55.437
Recebimento de Subvenções	8.439	10.965
Pagamentos a Fornecedores	(6.073)	(5.371)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(17.521)	(18.920)
Salários e Encargos Sociais	(8.580)	(7.988)
Fluxo Gerado pelas Operações	32.067	34.123
Encargos Setoriais	(9.384)	(10.068)
Juros Pagos	(1)	-
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(306)	(216)
Tributos Estaduais (ICMS)	(12.769)	(14.041)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(99)	(83)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	9.508	9.715
Indenizações	(128)	(98)
Associações e Convênios	(2.495)	(2.065)
Viagens	(59)	(3)
Outras Receitas e Despesas	104	(71)
Fluxo Líquido Provenientes das Atividades Operacionais	6.930	7.478
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(6.150)	(6.318)
Recebido pela Venda de Imobilizado	353	134
Juros Recebidos	-	-
Fluxo Líquido usada nas Atividades de Investimentos	(5.797)	(6.184)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	424	295
Recebimentos repasses modicidade tarifária	104	-
Recebimentos repasses CDE-Covid	-	1.586
Despesas Bancárias	(381)	(398)
Fluxo Líquido usada nas Atividades Financeiras	147	1.483
Fluxo Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	1.280	2.777
Fluxo Líquido e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	5.581	2.804
Fluxo Líquido e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	6.861	5.581
Variação pelo Caixa	1.280	2.777

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2023, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGAL.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Societárias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão inicial da CERGAL, para atuar no setor de distribuição de energia elétrica teve prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica. A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo o montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Em 22 de julho de 2016 a CERGAL assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu a CERGAL pleitear para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da receita requerida:

Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores Independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE. Na Revisão Tarifária ocorrida em setembro de 2016, os valores destes encargos, referentes ao período de maio à agosto de 2016, que haviam sido calculados no processo tarifário anterior, foram devolvidos aos consumidores na forma de componente financeiro.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de valor significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.1.7. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Bandeiras Tarifárias – Criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, estabelece a cobrança adicional na conta de energia dos consumidores para indicar que o custo de geração de energia está elevado, por conta do acionamento de termelétricas. O sistema de bandeiras repassa mensalmente às tarifas parte dos custos adicionais na geração. Com isso, a receita que as distribuidoras auferirem com o pagamento será descontada do cálculo do reajuste tarifário anual.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá conscientizar a sociedade, bem como os consumidores quanto a sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação

societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, juntamente com a Interpretação ITG 2004/2017. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Administração da cooperativa declara que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Administração também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a cooperativa não possui prestação de contas públicas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas trabalhistas e cíveis e provisões de ganho em processo civil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

C) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - IMPAIRMENT

A cooperativa tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;

- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (Imobilizado), estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetavam as demonstrações contábeis societárias da permissionária, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A cooperativa CERGAL assinou o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão ao final de 2015, desta forma contabilizando estes ativos e passivos regulatórios na escrita contábil societária a partir de 2016.

E) NÃO CIRCULANTE

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

F) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

G) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa 674/2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que os bens que compõem o Ativo Imobilizado da permissionária estão subdivididos, no balanço patrimonial, entre Imobilizado, Ativo Indenizado e Intangível. Os bens classificados como Imobilizado são aqueles relacionados a atividade administrativa da permissionária ou bens que não estão vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica.

H) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

I) ENCARGOS SETORIAIS - TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A partir de maio de 2016, as cooperativas permissionárias não possuem mais a obrigação de investir estes valores em PEE e P&D, permanecendo apenas os saldos remanescentes de competências anteriores.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, da seguinte forma (Valores atualizados em junho de 2022):

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0298 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha (Patamar 1): condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,0650 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- Bandeira vermelha (Patamar 2): condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,0975 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Os valores arrecadados dos consumidores são repassados ao Agente controlados/regulador para subsidiar o aumento dos custos de geração de energia elétrica do País.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS

As sobras são apuradas pelo regime de competência.

P) OPERAÇÕES COM TERCEIROS

As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento ao ITG 2004/2017, conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL. O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundos) de Assistência Técnica e Educacional - RATES

Q) TRIBUTAÇÃO DO RESULTADO

A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

NOTA 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2023	2022
Banco do Brasil	CDB	Indeterminado	CDI	1.462	2.650
Caixa Ec. Federal	CDB	Indeterminado	CDI	844	1.056
Bradesco	CDB	Indeterminado	DI	3.093	405
TOTAL				5.399	4.111

NOTA 06 – CONSUMIDORES DE ENERGIA A RECEBER
A) COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2023	2022
Residencial	5.203	4.507
Comercial	1.247	1.207
Industrial	1.253	1.193
Rural	627	415
Poder público	72	51
Serviço público	120	99
Renda não faturada	2.307	2.175
Consumidor livre	336	132
Outros serviços a receber	125	532
COSIP	528	484
Subtotal	11.818	10.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.866)	(1.631)
Total	9.952	9.164

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
ICMS s/ ativo imobilizado	262	239
IR Retido	531	400
CSLL Retido	266	140
Crédito PIS e COFINS	129	129
PIS a Compensar (Rec a Maior)	1	1
Total	1.189	909

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
ICMS s/ ativo imobilizado	394	378
Total	394	378

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo.

NOTA 08 – SERVIÇOS EM CURSO

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Projetos de PEE e P&D	-	-
Serviços Próprios	-	3

Reformas e Benfeitorias Administrativas Central	-	203
Total	-	206

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 09 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

ATIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Neutralidade da Parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	42	189
PIS/ COFINS s/ Suprimento - CUSD/ TE	179	389
PIS/ COFINS s/ Compra de Energia Elétrica	83	85
IF Diferimento Financeiro 2021/2023	1.631	1.632
Previsão Risco Hidrológico	-	296
Total	1.935	2.591

PASSIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Neutralidade da Parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	612	950
IF Risco Hidrológico	394	499
Bandeiras Tarifárias	54	37
IF PIS e COFINS s/ ICMS na Base de Cálculo	-	86
IF Escassez Hídrica	-	1.112
CVA – Compra Energia e ESS	828	91
IF CDE Eletrobrás	8	-
Sobrecontratação de energia	35	-
IF DIC/FIC s/ suprimento	6	-
Total	1.937	2.775

NOTA 10 – SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
CDE Rural	-	35
CDE SCEE	1.478	-
CDE Irrigantes	200	243
CDE Fontes incentivadas	815	666
DMR e Densidade	167	147
Total	2.660	1.091

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Adiantamento de salário/férias/outras	183	161
Adiantamento p/ fornecedores	6	281
Aluguel de infra-estrutura	73	23
COSIP/ Prefeitura e outros	26	25
Desativações/ alienações em curso	1	17
Adiantamento p/ crédito de ICMS	-	47
Adiantamento AFUNC. (Associação)	-	88
Adiantamento PDGC	8	-
Total	297	642

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Precatórios Federais – INSS	270	270
Adiantamentos	74	107
Total	344	377

NOTA 12 – ATIVO IMOBILIZADO

O Contrato de Permissão de Serviço Público de Energia Elétrica n. 016/2008, de 30 de Outubro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a cooperativa (Permissionária) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de permissões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

		R\$ (Mil)	
		2023	2022
Ativo	Indenizável	10.713	8.842
(Permissão)			
Intangível		27.336	25.798
Imobilizado		4.821	3.899
Total		42.870	38.539

ATIVO IMOBILIZADO	Legislação Societária	
	2023	2022
Terrenos	563	563
Edificações	2.766	2.766
(-) Depreciação Acumulada	(733)	(638)
Máquinas e Equipamentos	33.922	40.836
(-) Depreciação Acumulada	(408)	(10.079)
Veículos	2.365	1.645
(-) Depreciação Acumulada	(922)	(1.063)
Móveis e Utensílios	641	221
(-) Depreciação Acumulada	(121)	(114)
Direito de Uso	350	350
Softwares	109	109
(-) Amortização Acumulada	(337)	(266)
Imobilizado em Andamento	4.675	4.209
Total	42.870	38.539

Taxas de depreciação comumente utilizadas pela Permissionária:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
	Taxas Anuais de Depreciação
Administração central	
Veículos	14,29
Edificações	3,33
Equipamentos Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Móveis e utensílios	6,25
Software	20,00
Urbanização e Benfeitorias	3,33

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ITG 01 (R1) – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão.

A permissão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de permissão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da permissionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da permissão entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Permissão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

IMOBILIZADO

Bens pertencentes a permissionária que não estão vinculados ao serviço público de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e assim não terá indenização através das tarifas de energia.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – PARTICIPAÇÃO DO CONSUMIDOR

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

NOTA 14 - FORNECEDORES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Energia Elétrica - CELESC	439	365
Construção Subestação	-	363
Materiais e serviços	1.975	1.856
Total	2.414	2.584

NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
INSS s/ Folha de pagamento	184	155
FGTS s/ Folha de pagamento	69	61
ICMS a recolher	842	109
INSS s/ Terceiros	5	3
PIS s/ Folha de pagamento	11	11
ISS s/ Terceiros	5	9
CSLL – Contribuição Social s/ Lucro Líquido	55	30
PIS/ COFINS a recolher	12	7
IRPJ a Recolher	124	58
Outros tributos a recolher	7	5
Total	1.314	448

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Provisão de INSS férias	265	235
Provisão de FGTS férias	69	64
Férias	856	802
Total	1.190	1.101

NOTA 17 – ENCARGOS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2023	2022
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	596	486
CDE Covid 19	98	98
Taxa de Fiscalização	8	8
Total	702	592

NOTA 18 – REPASSES A REALIZAR

Referem-se a valores de iluminação pública cobrados dos consumidores, recebidos ou a receber, que serão utilizados para quitar as faturas de energia elétrica dos poderes públicos. Após a quitação destas faturas, o valor restante será repassado aos mesmos.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da cooperativa, os riscos de perda, classificados como “Prováveis” chegam ao montante de R\$ 32 mil. Por prudência a permissionária mantém o registro total de R\$ 152 mil. Os demais casos que somam R\$ 318 mil foram classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, dispensando o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09 (NBC TG 25).

PROVISÃO PARA LITIGIOS	Legislação Societária	
	2023	2022
LONGO PRAZO		
Causas cíveis	152	194
Total	152	194

NOTA 20 – SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
CDE Rural	263	297
CDE Aguas e saneamento	125	118
CDE Fontes incentivadas	607	713
CDE Distribuição	738	738
Total	1.733	1.866

NOTA 21 – OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Convênios - repasses consig./contrib.sind./plan.saúde	111	151
Recebimentos pendentes de baixa	21	65
Investimentos a pagar (quotas PCH)	46	46
Saldo passivo de Microgeração	852	461
Provisão construção a realizar	-	335
Outros	41	49
Total	1.071	1.107

NOTA 22 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2023	2022
Processo PIS e COFINS	1.504	1.504
Total	1.504	1.504

Processo administrativo fiscal na Receita Federal do Brasil de períodos anteriores, referente ao PIS e COFINS sobre o faturamento, pendente de decisão na 10ª Turma de Recursos (SP). Com base no parecer da assessoria jurídica e matérias atreladas ao assunto, estima-se o pagamento de R\$ 1.504 a longo prazo.

NOTA 23 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	2023	2022
Resultado do Exercício	7.107	5.465
(-) CSLL	(41)	(29)
(-) IRPJ	(90)	(56)
(=) Sobras líquidas do exercício	6.976	5.380
(D) Sobras com associados	6.671	5.178
(E) Resultado com terceiros	305	202
Resultado do exercício	6.976	5.380
Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais		
F) Reserva Legal = 10% sobre sobras – resultado negativo com terceiros	667	517
G) Fundo de Assistência Técnica Educacional Social (FATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	639	461
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 35%	2.335	1.813
I) Total das destinações	3.641	2.791
J) Sobras à disposição da AGO	3.335	2.589

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023, que representa R\$ 8.730, é constituído de quotas-parte conforme artigo 12º e seus parágrafos do Estatuto Social: “O Capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais).”

Reservas de Sobras

Reserva das Sobras	Legislação Societária	
	2023	2022
Reserva legal	12.215	9.758
Fundo de assistência técnica educacional – FATES	4.608	3.834
Fundo de expansão e manutenção sistema distribuição	20.428	18.093
Sobras à disposição da AGO	3.335	2.589
Total	40.586	34.274

São constituídas conforme artigo 45 do Estatuto Social: “Das sobras verificadas em cada setor de atividade serão deduzidas os seguintes percentuais: a) 10% para o Fundo de Reserva; b) 5% para o FATES e c) 35% para o Fundo de Manutenção Aplicações e Melhorias”. **Reserva Legal:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

NOTA 25 – FORNECIMENTO DE ENERGIA

	Legislação Societária	
	2023	2022
Residencial	33.437	30.996
Industrial	3.652	3.936
Comercial	8.039	7.986
Rural	2.612	2.466
Poder publico	630	681
Iluminação pública	1.986	2.025
Serviço público	770	834
Renda não faturada	132	(83)
(-) Ultrapassagem de demanda	(46)	(55)
(-) Excedente de reativo	(104)	(111)
Cons. potenciamente livre	4.963	4.300
CVA – Constituição	(43)	(71)
CVA – Amortização	482	45
CVA – Ajustes	(1.176)	566
Ativos e passivos regulatórios – Constituição	(1.536)	(3.776)
Ativos e passivos regulatórios – Amortização	625	169
Ativos e passivos regulatórios – Ajustes	2.334	2.140
Total	56.757	52.048

NOTA 26 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITA

	Legislação Societária	
	2023	2022
PIS/ PASEP	15	15
COFINS	67	69
ICMS	10.313	10.105

Total	10.395	10.189
--------------	---------------	---------------

NOTA 27 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.234	4.570
Taxa de fiscalização – TFSEE	98	92
CDE Covid 2019	1.176	1.176
Total	7.508	5.838

NOTA 28 – DISPÊNDIO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Legislação Societária	
	2023	2022
Suprimento de Energia CCEAR-D	-	690
Suprimento de Energia CCEAR-O	10.297	2.121
Suprimento de Energia CBR	1.108	10.475
Suprimento de Energia CCEN	779	471
Suprimento de Energia CCGF	2.008	1.142
PROINFA	955	721
Encargos de Transmissão, conexão e	6.453	5.497
Encargos de Serviço de Sistema – ESS	1.138	76
Total	22.738	21.193

NOTA 29 – DESPESAS DE PESSOAL

	Legislação Societária	
	2023	2022
Remunerações	5.459	5.321
Encargos sociais e FGTS	2.827	2.703
Despesas rescisórias	124	-
Auxílio alimentação	1.013	946
Convênio assistencial e outros benefícios	535	421
Roupas profissionais	58	21
Seguros	87	87
Auxílio transporte	4	4
Capacitação e treinamento	33	60
Outros	788	889
(-) Transferência para ordens em curso	(102)	(498)
Total	10.826	9.954

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

Os encargos financeiros e os ingressos e variações monetárias estão distribuídos por macro atividade e apropriados no resultado.

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2023	2022
Multas e juros s/ parcelamento ICMS	-	164
Variações monetárias – Passivos regulatórios	14	134
Outras despesas	14	21
Juros s/ financiamento Subestação	42	227
TOTAL	70	546

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2023	2022
Receitas de aplicações financeiras	422	272
Encargos financeiros sobre energia	370	451
Descontos obtidos	1	1
Deságio s/ crédito ICMS	168	133
Juros e multas ativos	51	88
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	1	132
TOTAL	1.013	1.077

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Conforme item 3.19 da Resolução CFC nº 1.255/09, a entidade não possui nenhum valor a ser demonstrado a título de outros resultados abrangentes ficando então dispensada desta demonstração, apresentando apenas a demonstração do resultado deste período.

NOTA 32 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71 (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS

33.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

33.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Tubarão, Gravatal, Jaguaruna e Laguna, todos localizados no Estado de Santa Catarina.

NOTA 34 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES

A permissionária oferece para seus colaboradores:

- Plano de saúde Unimed
- Plano odontológico;
- Cartão alimentação;
- Seguro de vida;
- Mantém também bolsa de estudos aos colaboradores, custeando 50% da mensalidade englobando cursos regulares e de extensão, nível superior e profissionalizante dentro da área profissional e 100% da mensalidade do curso técnico em eletrotécnica.
- Plano de Previdência Privada - a empresa contribui com 50%, ou seja, R\$ 100,00 por colaborador, sendo a opção de forma voluntária;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho firmado com a empresa SSEGUR;
- Disponibilização de uniformes;

NOTA 35 - SEGUROS

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos. Na apólice contratada da Porto Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO ROBUST 1.6 8V TOTAL FLEX GVI – 2 PASS – 2017/2017 – QIO-5361;
- 01 VOLKSWAGEN NOVO GOL 1.6 8V TOTAL FLEX GVI – 5 PASS – 2013/2014 – MKZ-1883; 01 VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO 1.6 8V TOTAL FLEX GV – 2 PASS – 2012/2013 – MJQ-1543;
- 01 TOYOTA COROLLA SEDAN GLI 1.8 16V FLEX – 5 PASS – 2013/2014 – MLE-9650;
- 01 VOLKSWAGEN GOL CITY 1.0 8V TOTAL FLEX GIV – 5 PASS – 2012/2013 – MJQ-1663
- ; 01 VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO ROBUST 1.6 8V TOTAL FLEX GVI – 2 PASS – 2016/2017 – QHT-5949;
- 01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES CHASSI 2.5 16V TURBO 4X4 – 3 PASS – 2009/2010 – MHP-0311;
- 01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES CHASSI 2.5 16V TURBO 4X4 – 3 PASS – 2010/2010 – MID-3576;
- 01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 2.5 16V TURBO 4X2 – 3 PASS – 2011/2011 – MIT-3996;
- 01 FIAT FIORINO FURGAO 1.3 FIRE FLEX – 2 PASS – 2012/2013 – MJR-7603; 01 VOLKSWAGEN CAMINHAO 13.180 TURBO 4X2 – 3 PASS – 2002/2002 – MDC-6892;
- 01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 3.0 16V TURBO 4X4 – 3 PASS – 2012/2013 – MLF-5697;
- 01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 2.8 TDI 4X4 – 3 PASS – 2018/2019 – QJS-7192;
- 01 VOLKSWAGEN CAMINHAO 17.260 E CONSTELLATION 4X2 – 3 PASS – 2021/2022 – RLL-5H88;
- 01 FIAT NOVA STRADA CD FREEDOM 1.3 8V FLEX – 5 PASS – 2023/2024 – RYL-9G78;
- 01 FIAT NOVA STRADA CS ENDURANCE 1.3 8V FLEX – 2 PASS – 2023/2024 – RYL-9H68;
- 01 FIAT NOVA FIORINO ENDURANCE 1.4 8V EVO FLEX – 2 PASS – 2023/2024 – RYL8B28;
- 01 FIAT NOVA STRADA CD FREEDOM 1.3 8V FLEX – 5 PASS – 2023/2024 – RYL9I28.

Na apólice contratada da Bradesco Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 TOYOTA HILUX CHASSI 4X4 2.8 TDI DIESEL – 2022/2023 – RYD-4F08;
- 01 TOYOTA HILUX CHASSI 4X4 2.8 TDI DIESEL – 2022/2023 – RYD-4B98;

Todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte e Invalidez.

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos subsequentes entre a data do balanço e data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI –
CERFAL CNPJ: 86.439.510/0001-85. NIRE: 424 000 122-13

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, por seus membros abaixo assinados, tendo procedido mensalmente o exame de todos os balancetes da contabilidade, referente ao exercício de 2023 e nesta data, conferido as contas da demonstração de resultados e do balanço patrimonial, bem como todos os documentos inerentes ao encerramento do exercício de 2023 é de parecer, por ter encontrado tudo em ordem, que os mesmos merecem a aprovação dos senhores associados em assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 01 de março de 2024.

Tubarão, 31 de janeiro de 2024.

Conselho Fiscal:

Efetivos:

Jusemir Scandola

Jair Vieira

Jucelio Procopio

Suplentes:

Lucia Carvalho Costa Gonçalves

Amilton Antunes

Marcos Wendel dos Reis

Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparada sob a responsabilidade da Administração da Permissionária, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 16 de fevereiro de 2024.

**MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O**

**JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8
CNAI N° 638**

RELATÓRIO da ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGAL foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGAL é atuar no setor de energia elétrica oferecendo produtos (bens e serviços) com qualidade, confiabilidade e continuidade dos associados e consumidores, resguardando o espírito cooperativista.

Temos ainda como visão ser referência como cooperativa em tecnologia, serviços, comercialização, distribuição e autonomia maximizando seu nível de energia, visando maior competitividade no setor de energia elétrica.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida no trabalho; fortalecer o cooperativismo a participação e a solidariedade; valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família; responsabilidade social e respeito ao meio ambiente; ética e transparência.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2023.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e associados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 20.155 associados. As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2023 foi à classe residencial com o incremento de 7,37% comparado a 2022 seguida da classe de serviços públicos que obteve crescimento de 10,16%.

Nossa pesquisa interna de satisfação do consumidor, atingiu um índice de 99,8% de satisfação. Já a pesquisa externa bienal, atingiu 94,42% de satisfação, confirmando nossa excelência no atendimento.

O desenvolvimento dos colaboradores resulta na melhoria contínua dos processos e serviços prestados, por acreditar nisso, a Cergal promove iniciativas com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a iniciativa acumulou 107,04 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador, compreendendo o programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, beneficiando no último ano 11 colaboradores estudantes de graduação e pós graduação, além das ações internas, externas e in company, com abrangência das mais diversas áreas, tais como:

- **Área Técnica:** Eletricista de distribuição de energia elétrica, Resolução normativa nº 1.000, PRODIST módulo 8 – Qualidade do fornecimento de energia elétrica, INDGER – Indicadores gerenciais da distribuição, módulo CODRT – Useall, Geração distribuída – proteção e análise de parâmetros, P3 – Sistema para gestão e controle dos projetos de geração distribuída, Registrador de média tensão, PDD – Plano de desenvolvimento da distribuidora, Reles de proteção Pextron, SENDI – Seminário nacional de distribuição de energia elétrica, rede subterrânea de distribuição, além dos treinamentos e/ou reciclagens das normas regulamentadoras: NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio, NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, NR 12 - Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo e NR 35 – Capacitação para Trabalho em Altura.

- **Área Administrativa e Comercial:** Auditores internos NBR ISO 9001:2015, Escrituração contábil e fiscal, DIRF: Atualizações e modificações, ENOSE – Encontro nacional dos ouvidores do setor elétrico, ENCOPAC – Encontro nacional de contadores para prestação anual de contas, PDGC – Programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas, Formação de coordenadores sociais, PDL – Programa de desenvolvimento de liderança, ENCONSEL – Encontro nacional dos contadores do setor de energia elétrica e palestras com temas relacionados a postura profissional, motivação e cooperativismo.

Além dos treinamentos nos procedimentos de qualidade Cergal, que definem e padronizam a execução dos processos. Já para o quadro de diretores o tema do treinamento foi cooperativismo.

A excelência na prestação dos serviços, por meio do atendimento aos requisitos dos associados/consumidores e da entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazo combinado, é nossa prioridade.

Motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, a Cergal conquistou em 2022 o certificado ISO 9001:2015, para o escopo do sistema de gestão da qualidade: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.” Emitido pelo organismos certificador TÜV Nord Brasil, valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Já no ano de 2023, manteve a recomendação da certificação, por meio de auditoria externa de monitoração, realizada em 03 de outubro.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGAL distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 20.155 consumidores sendo que 18.561 são da classe residencial, 813 da classe comercial, 192 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 584, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2023, 667 novas ligações, sendo 598 Residenciais, 51 Comerciais, 5 Industriais, 12 Rurais e 01 Iluminação Pública, totalizando 20.155 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2023, representando 1,97% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores

Consumidores	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	18561	18172	17.812	17.436	16.936
Comercial	813	796	786	763	724
Industrial	197	202	189	184	201
Rural	521	535	543	546	520
Poderes Públicos	41	43	44	44	41
Iluminação Pública	6	4	4	4	4
Serviço Público	16	13	13	14	11
Total	20.155	19.765	19.391	18.991	18.437
Variação	1,97%	1,93%	2,11%	3,00%	2,32%

.Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGAL no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de 59,74 GWh.

Mercado Atendido - GWh	2023	2022	2021	2020	2019
Energia Faturada	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Fornecimento	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Residencial	37,93	35,32	34,68	34,18	33,42
Comercial	9,80	9,41	9,65	8,96	9,09
Industrial	4,25	4,77	4,36	7,63	14,97
Rural	3,09	3,13	2,65	2,70	3,12
Poderes Públicos	0,69	0,76	1,23	0,98	0,84
Iluminação Pública	3,68	3,56	3,49	3,35	3,37
Serviço Público	1,25	1,30	1,18	1,24	0,50
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	17,37	15,52	15,81	15,12	4,73
Total	78,07	73,79	73,06	74,16	70,04
Variação	5,80%	1,00%	-1,48%	3,75%	4,86%

Balanço Energético

Energia Requerida	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de Energia	81,31	80,21	78,89	62,68	70,61
Fornecimento	59,74	58,33	57,31	59,05	65,32
Suprimento p/ agentes de distribuição			0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	17,37	15,52	15,81	15,12	4,73
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	77,12	73,86	73,12	74,17	70,05
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	4,19	6,35	5,76	3,63	5,29
PT/Energia requerida %	5,16%	7,92%	7,31%	5,78%	7,49%
Total	81,31	80,21	78,89	77,80	75,34

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGAL são de 12,87%.

A CERGAL vem investindo constantemente em ações que resultem na redução do índice de perdas da empresa, sendo assim tem investido na repotenciação dos condutores e transformadores, intensificação na fiscalização das medições nas unidades consumidoras, bem como na substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos.

Com a construção e entrada em operação da subestação foi possível melhorarmos ainda mais a confiabilidade e continuidade no sistema elétrico. A seguir apresentamos a evolução do índice de perdas nos últimos 5 anos.



Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2023 foi de 60.69 MWH e no mercado livre 17.37 MWH registrando um aumento no mercado da permissionária de 4,15% em relação a 2022.

A classe que teve maior crescimento foi a Residencial, com acréscimo de 7,37% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	37,93	35,32	34,68	34,18	33,42
Industrial	4,25	4,77	4,36	7,63	14,97
Comercial	9,8	9,41	9,65	8,96	9,09
Rural	3,09	3,15	2,65	2,70	3,12
Outros	5,62	5,62	5,91	5,58	4,71
Total	60,69	58,27	57,25	59,05	65,31
Variação	4,15	1,78	-3,05	-9,59	-3,26



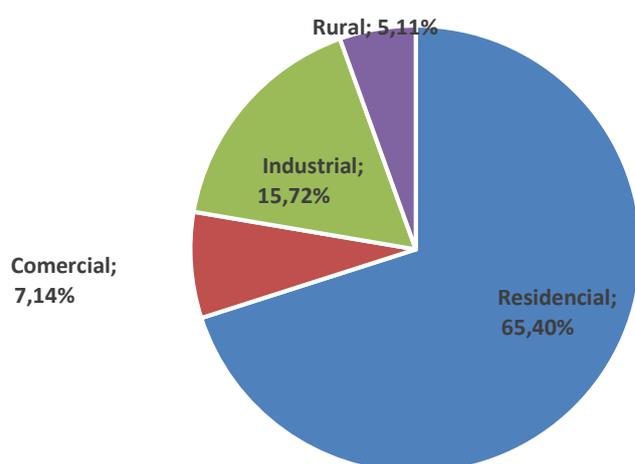
Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 51.126,69 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ Mil

Classe	2023	2022	%
Residencial	33.437,35	30.996,20	7,88%
Industrial	3.651,55	3.935,80	-7,22%
Comercial	8.039,27	7.986,46	0,66%
Rural	2.612,46	2.466,00	5,94%
Outros	3.386,06	3.539,61	-4,34%
Total	51.126,69	48.924,07	4,50%

OBS: Energia elétrica faturada

Receita bruta por classe de consumidores



TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.270 de 26 de setembro de 2023, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL, cujo reajuste médio foi de -0,44%(zero vírgula quarenta e quatro por cento),correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2023 a 29 de setembro de 2024.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2023, atingiu R\$ 692,23/MWh com uma redução de 3,95% com relação a dezembro de 2022.

OBS:Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2023	2022
Residencial	760,57	769,85
Comercial	686,90	694,74
Industrial	729,21	680,41
Rural	718,58	672,25
Outros	509,50	516,68
Média Geral	692,23	720,69

	0-30	31-100	101-220	>220
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	233,06	399,53	599,30	665,89

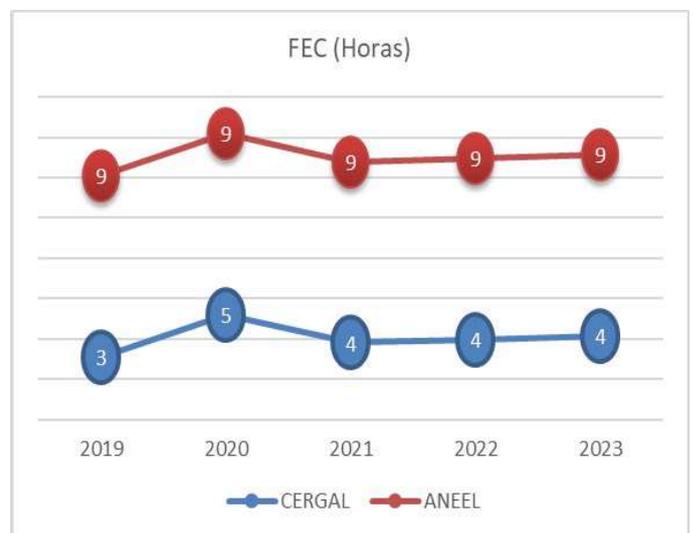
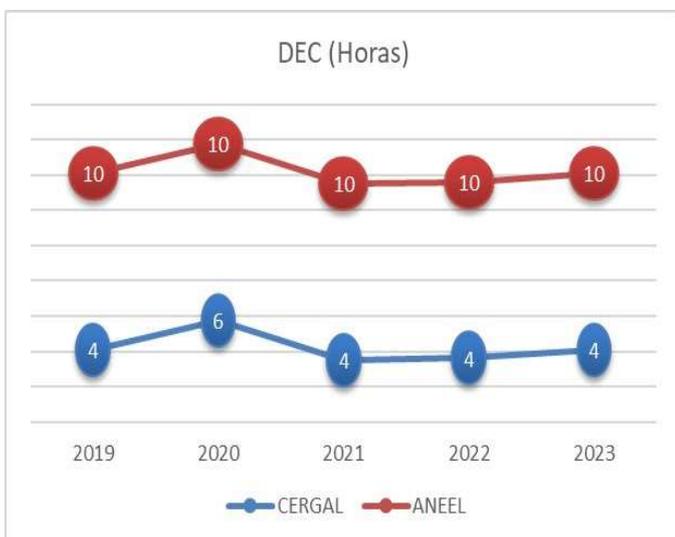
Composição da Tarifa

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	39.666,36	9.649,84	4.349,04	3.120,01	743,18	3.711,26
Impostos	6.487,30	1.677,36	726,41	528,60	118,03	857,11
PIS	9,09	2,35	1,02	0,74	0,17	1,20
COFINS	41,97	10,85	4,70	3,42	0,76	5,55
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	6.436,23	1.664,16	720,69	524,44	117,10	850,36
Taxas	5.281,87	1.365,68	591,43	430,38	96,10	697,84
Fiscalização	61,07	15,79	6,84	4,98	1,11	8,07
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	3.890,72	1.005,99	435,66	317,03	70,79	514,04
CDE Covid-19	733,88	189,75	82,18	59,80	13,35	96,96
PROINFA	596,21	154,16	66,76	48,58	10,85	78,77
Bandeira Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	9.453,55	2.444,32	1.058,55	770,30	171,99	1.249,01
Encargos de uso da rede elétrica	4.737,24	1.224,86	530,45	386,00	86,19	625,89
Despesas de pessoal	4.495,84	1.162,45	503,42	366,33	81,79	593,99
Outras despesas operacionais	3.749,50	969,47	419,85	305,52	68,22	495,39
Tarifa bruta da concessionária (*)	27.897,18	6.606,80	3.031,19	2.161,03	529,06	2.156,30
Resultado	5.461,04	805,70	518,93	332,87	120,87	-807,97

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2019	4,07	3,11	0,86
2020	5,73	5,21	0,71
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71
2023	4,1	4,13	0,63



Atendimento ao Consumidor – A CERGAL não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios dos Municípios que a CERGAL distribui energia elétrica encontram-se atendidos.

Além da sede administrativa, a CERGAL conta com mais 02 (dois) postos de atendimento, oferecendo atendimento personalizado por profissionais capacitados e qualificados com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

Em 2023 a CERGAL através do setor de controle de qualidade realizou vários monitoramentos e análises da qualidade de tensão que é fornecida aos consumidores/associados. Neste ano, foram realizadas 205 medições de tensão amostrais da ANEEL e 06 medições de tensão solicitadas pelos consumidores/associados.

A CERGAL dispõe do canal alternativo para atendimentos, que é nossa ferramenta de WhatsApp. No ano de 2023 foram realizados 6.780 atendimentos, alcançando um índice acima de 90% referente agilidade e satisfação dos nossos associados.

Tecnologia da Informação

No ano de 2023, o foco da Cergal foi a manutenção da estrutura lógica da Cooperativa, focando em fornecer a sua equipe o material de segurança e confiabilidade.

Atendendo a LGPD, com reuniões mensais com a comissão, na qual o TI teve um papel fundamental para maximizar as ações, assim como um trabalho junto com uma empresa terceirizada, focado em testar, avaliar, definir e agir nas vulnerabilidades apresentadas na rede da empresa.

O TI tem trabalhado também com o objetivo de manter os equipamentos devidamente atualizados, com servidores virtualizados, contribuindo com o controle e coleta de informação, agilizando as instalações o cuidado e o acompanhamento.

Os departamentos estão interligados através de pastas no servidor, onde a intranet é controlada pelos usuários de domínio, a qual tem por finalidade a segurança das informações obtendo cópia de segurança diária.

Uma estrutura assim, permite um comprometimento com a necessidade de cumprir fidedignamente com as informações encaminhadas a agência ANEEL, com garantia assegurada através dos backups personalizados, os quais sempre que solicitados cumpriram com sua missão, também houve uma abrangência consistente de backup com a ferramenta Nakivo, além de ser um indicador da área de TI na qual é acompanhado pela ISO.

A preocupação com a segurança da informação na Cooperativa se mantém devido ao tanto de ações de *hackeamento* que ocorre nas empresas em geral, com isto, os colaboradores são constantemente informados de medidas de atenção e prevenção, além de manter softwares atualizados evitando bugs que afetem a segurança, além da utilização de um firewall com regras de segurança para toda rede interna.

O software de automatização está funcionando em perfeito estado, o qual está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Visando manter um atendimento personalizado, a CERGAL valoriza o cuidado com as informações que lhes são fornecidas, por isso, tem investido na segurança das mesmas, assim como do ambiente de trabalho, qualificando a equipe e dispondo das ferramentas no mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2023, as sobras foram de R\$ 6.301,92 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 4.675,99 (Reais/mil) em 2022, ocasionando um aumento nas Sobras na Ordem de (34,77)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 48.835,40 (Reais/mil), superior em (11,26)% em relação a 2022, que foi de R\$ 43.894,52 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2023 R\$ 44.064,21 (Reais/mil), (9,33)% superior em relação a 2022 que foi de R\$ 40.303,06 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10,96% em relação a 2022.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.812,07 (Reais/mil), superior 43,88% a 2022, que foi de R\$ 4.039,39 (Reais/mil).

Investimentos: Em 2023, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 4.693,32 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 18.660,17.

Evolução e Projeção dos Investimentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2022				
	2021R	2022R	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	14.025,80	2.946,55	4.693,32	5.475,88	6.114,53	2.639,05	2.121,13	2.309,58
Transformador de Distribuição	536,13	574,28	513,38	110,00	120,00	125,00	120,00	128,00
Medidor	651,73	323,15	265,44	201,81	217,03	269,05	286,13	321,58
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.625,40	775,29	841,95	550,00	500,00	485,00	490,00	500,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.135,12	1.212,88	3.027,73	3.364,07	4.477,50	1.200,00	875,00	960,00
Redes Alta Tensão (69 kV)			44,82					
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10.077,41	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	0,01	60,95	-	1.250,00	800,00	560,00	350,00	400,00
Obrigações Especiais do AIS Bruto	823,55	669,42	947,70					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	823,55	669,42	947,70					
Outros		-	-					
Originadas da Receita		-	-					
Ultrapassagem de demanda		-	-					
Excedente de relativos		-	-					
Outros		-	-					
Outros		-	-					

¹ Para o cadastro de subestações, considerar o maior nível de tensão do(s) transformador(es) da subestação.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Plano de Investimentos 2023	4.693,32	5.475,89	6.114,53	2.639,04	2.121,13	2.309,58
	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P	
Plano de Investimentos 2022	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	2.033,98	
Diferença	11,32%	-15,73%	102,57%	38,61%	4,28%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2023- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS
	2024- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, COM MENOR EXPECTATIVA DE EXECUÇÃO.
	2025- OBRAS E PLANEJAMENTO COM INTENÇÃO DE MAIOR INVESTIMENTO
	2026- REPLANEJAMENTO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS
	2027 - VARIAÇÃO ACEITÁVEL

Captações de Recursos: Os investimentos de 2023 foram realizados somente com recursos próprios.

Composição Acionária: O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 8.729,94 mil. À quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Relações com o Mercado: A CERGAL participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCESEC, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico. A CERGAL objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;
- A ética;
- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGAL vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGAL em Números

Atendimento	2023	2022	%
Número de consumidores	20.155	19.765	1,97%
Número de empregados	87	85	2,35%
Número de consumidores por empregado	231,67	232,53	-0,37%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%

Mercado	2023	2022	%
Área de permissão (Km2)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7.448	7.487	-0,52%
Distribuição direta (GWh)	60,69	58,34	4,03%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.041,31	1.943,89	5,01%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	692,23	720,69	-3,95%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	760,57	769,85	-1,21%
Comercial	686,90	694,73	-1,13%
Industrial	729,21	680,41	7,17%
Rural	718,58	672,25	6,89%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	4,10	3,64	12,64%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	29,82	29,55	0,91%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11,15	10,85	2,76%
FEC (número de interrupções)	4,13	3,94	4,82%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	1,57	1,44	9,03%

Operacionais	2023	2022	%
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	597,18	579,32	3,08%
Capacidade instalada (MW)	62,29	59,90	3,99%

Financeiros	2023	2022	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	66.738,19	59.921,09	11,38%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	48.835,40	43.894,52	11,26%
Margem operacional do serviço líquida (%)	36,66%	36,51%	0,41%
EBITDA OU LAJIDA	5.812,07	4.039,39	43,88%
Lucro líquido (R\$ mil)	6.301,92	4.675,99	34,77%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	57.473,06	51.793,85	10,97%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,96%	9,03%	21,45%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	31,21%	33,38%	-6,49%
Em moeda nacional (%)	31,21%	33,38%	-6,49%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%

Indicadores de Performance	2023	2022	%
Salário Médio dos Funcionários:	5,36	5,26	1,73%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	934,64	928,12	0,70%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	4,03	3,99	1,08%
Retorno de ativos por unidade	0,65	0,64	1,92%

Balanco Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são sustentados pelo engajamento e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 87 colaboradores. O envolvimento e a produtividade aliados ao direcionamento da liderança e a transparência nas operações, demonstram o alinhamento das ações com vistas aos melhores resultados.

A CERGAL proporcionou ao seu quadro funcional treinamentos, palestras reciclagens, ensino médio, curso técnico e ensino superior nas áreas específicas. Sempre pensando no melhor para seus colaboradores, no aprendizado contínuo e no melhor desempenho dos mesmos em sua função.

Treinamento e Desenvolvimento

O desenvolvimento dos colaboradores resulta na melhoria contínua dos processos e serviços prestados, por acreditar nisso, a Cergal promove iniciativas com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a iniciativa acumulou 107,04 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador, compreendendo ações internas, externas e in company, além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, beneficiando no último ano 11 colaboradores estudantes de graduação e pós graduação.



Desenvolvimento de Lideranças

Com o objetivo de fortalecer e desenvolver competências que potencializem a performance e resultados dos líderes, em 2023 foi iniciado o PDL (Programa de Desenvolvimento de Lideranças), sob a condução de consultoria especializada, 13 líderes participaram das atividades realizadas por meio de módulos. A programação contou com temas pertinentes, como inteligência emocional e instrumentos práticos de feedback.



Normas Regulamentadoras

Capacitar os colaboradores para o desempenho das atividades com foco na preservação da saúde e segurança em conformidade com a legislação vigente, é prioridade na Cergal, que durante o ano realizou os treinamentos de capacitação e reciclagem de acordo com as normas regulamentadoras NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 12 (Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo), NR 35 (Trabalho em Altura), além da capacitação de Eletricista de Distribuição de Energia Elétrica, totalizando 109 colaboradores participantes.

CIPA

Em atendimento a NR 05, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), representada por oito colaboradores, é responsável por observar,



identificar, intermediar e propor ações que minimizem os riscos e potencializem a preservação da saúde e segurança dos colaboradores. Para tanto, os membros da comissão passaram por 20 horas de treinamento, durante o período de 28 a 30 de novembro.

SIPAT

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho trouxe como tema principal Assédio NÃO!.



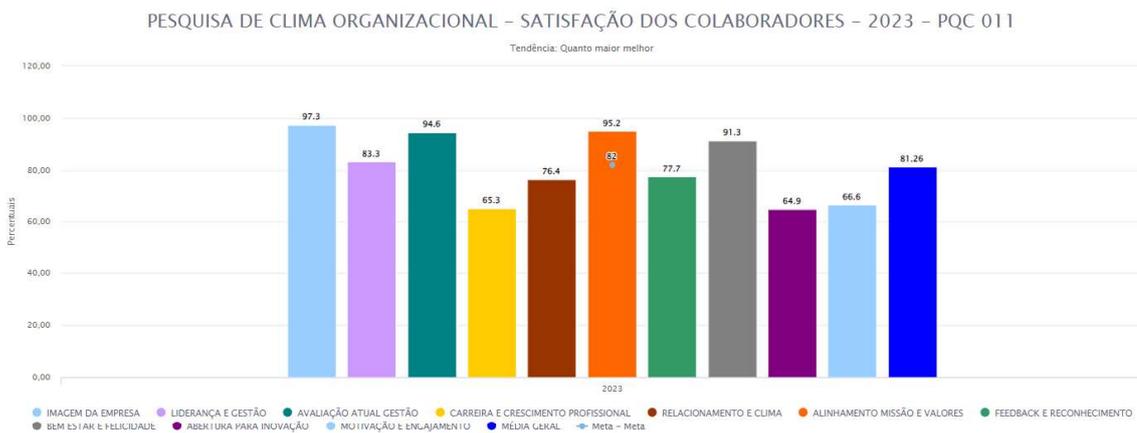
Realizada entre os dias 30 de agosto e 01 de setembro, contou com 311 participações de colaboradores, atividades como integração, teatro, bioimpedância e palestras sobre os temas: saúde bucal, risco de choque elétrico e EPI, diferença entre light e diet, dependência digital, acidentes no sistema de distribuição de energia elétrica e assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, integraram a programação.



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma ferramenta de gestão que possibilita mensurar a opinião dos colaboradores referente as políticas e práticas adotadas

pela Cergal. A partir da análise dos resultados é possível alinhar expectativas e definir ações com o intuito de tornar o ambiente de trabalho cada vez melhor. Em 2023 o processo foi em formato digital e conduzido por empresa especializada, atingindo a média geral de 81,26% de satisfação dos colaboradores.



Valorização

O reconhecimento é pauta constante na Cergal, com o propósito de envolver e engajar os colaboradores na construção e manutenção de uma cultura interna saudável e propícia à produtividade, algumas ações marcaram a rotina, com destaque as datas comemorativas: carnaval, dia internacional da mulher, festa junina, jantar de fim de ano e, demais ações de reconhecimento que evidenciam o alcance de resultados.



Benefícios

O pacote de benefícios é um conjunto de vantagens cada vez mais eficaz para atrair e reter bons profissionais, promover o bem-estar e incentivar a produtividade. Desta forma, atenta a qualidade de vida dos colaboradores, a Cergal oferece:

- plano de saúde;

- plano odontológico;
- vale alimentação;
- vale transporte;
- auxílio educação;
- seguro de vida;
- previdência privada.

Além do acompanhamento por meio de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com estrutura para festas e eventos, campo de futebol e parque infantil.

Responsabilidade Social

Consciente de seu papel nas comunidades que compreendem a área de permissão e, a busca constante pelo fortalecimento de laços saudáveis e duradouros a partir da construção de um legado de oportunidades, a Cergal vem reforçando sua atuação como empresa cidadã.

A 2ª edição do Programa Mulheres Cooperativistas ocorreu entre os dias 28 de março e 25 de julho, encerrando com o evento de formatura das 51 mulheres da comunidade de São Luiz e Vila Esperança.



Já o Programa Jovens Cooperativistas Catarinense, teve sua 1ª edição entre os dias 02 de agosto e 19 de outubro, também com o evento de formatura dos 47 jovens, estudantes do terceiro ano da Escola Martinho Alves dos Santos.



Os programas acontecem em parceria com o SESCOOP e visa difundir o cooperativismo e seus princípios e, fomentar alternativas e estratégias de desenvolvimento, que elevem o autoconhecimento e a consciência do seu papel nas comunidades onde atuam.

Temas relacionados à liderança cooperativista, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, desenvolvimento da comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e equilíbrio emocional e protagonismo/projeto de vida, compõem os programas.

Além do apoio à outras iniciativas pautadas na educação e cidadania.



Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Sistema de Gestão da Qualidade

A excelência na prestação dos serviços, por meio do atendimento aos requisitos dos associados/consumidores e da entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazo combinado, é nossa prioridade.

Motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, a Cergal conquistou em 2022 o certificado ISO 9001:2015, para o escopo do sistema de gestão da qualidade: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.” Emitido pelo organismos certificador TÜV Nord Brasil, valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Já no ano de 2023, manteve a recomendação da certificação, por meio de auditoria externa de monitoração, realizada em 03 de outubro.



Planejamento Estratégico

Pautado nas análises dos cenários interno e externo, nos requisitos e desejos das partes interessadas e nos aspectos legais que regulam nosso setor, é definido um conjunto de objetivos estratégicos que visam potencializar resultados, antecipar ações de reação às mudanças e nortear o caminho a ser traçado a médio e longo prazo.



Com suporte de consultoria especializada, o planejamento estratégico é revisado anualmente, para monitoramento da aderência dos objetivos traçados e seus respectivos planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais serve de diretriz para o comportamento de nossos colaboradores vinculados, direta ou indiretamente, na prestação de serviços prestados aos associados/consumidores. O respeito aos dados pessoais já é prática recorrente, sob orientação de consultoria especializada, um conjunto de ações vem sendo implementado, incluindo procedimentos relacionados à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis, que visam assegurar os direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais dos usuários, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

A Cergal conta com os diretores e colaboradores para consistentemente, fazer o que é certo, da maneira adequada, com vistas a construção de relações de trabalho saudáveis e duradouras e a preservação da boa reputação, que é a base do sucesso de qualquer negócio.

Para assegurar que nossos comportamentos expressem os valores que compartilhamos no âmbito do trabalho e, estejam em conformidade com a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022, a Cergal, por meio de pesquisas e suporte jurídico, implementou uma série de ações e, incluiu novas atividades e treinamentos regulares no planejamento anual, de forma que o tema esteja em constante evidência e seja alicerce na conduta dos colaboradores, mitigando o risco de interpretações subjetivas quanto aos aspectos morais, éticos e legais.

a) Demonstração do Balanço Social 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85

Demonstração do Balanço Social - 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023			2022		
	RS mil			RS mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)						
			% sobre			% sobre
Receita Líquida (RL)	48.835,40			43.894,52		
Lucro Operacional (LO)	5.489,52			4.229,52		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	12.570,19			11.470,23		
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	RS mil	FPB	RL	RS mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	972,99	7,74%	1,99%	946,09	8,25%	2,16%
Encargos sociais compulsórios	2.959,85	23,55%	6,06%	2.540,59	22,15%	5,79%
Entidade de previdência privada	86,90	0,69%	0,18%	84,20	0,73%	0,19%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	453,64	3,61%	0,93%	421,22	3,67%	0,96%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	64,12	0,51%	0,13%	54,27	0,47%	0,12%
Educação - Auxílio educação	42,46	0,34%	0,09%	14,19	0,12%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	33,33	0,27%	0,07%	54,71	0,48%	0,12%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,48	0,03%	0,01%	3,92	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	161,54	1,29%	0,33%	127,76	1,11%	0,29%
Total	4.778,31	38,01%	9,78%	4.246,95	37,03%	9,68%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	2,59	0,05%	0,01%	1,50	0,04%	0,00%
Doações e contribuições	289,71	5,28%	0,59%	211,97	5,01%	0,48%
Total de contribuições para a sociedade	292,30	5,32%	0,60%	213,47	3,89%	0,44%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.964,49	1,82%	20,40%	9.695,64	2,29%	22,09%
Total	10.256,79	1,87%	21,00%	9.909,11	2,34%	22,57%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	46,57	0,85%	0,10%	20,94	0,50%	0,05%
Total	46,57	0,85%	0,10%	20,94	0,50%	0,05%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	2,59	0,04%	0,00%	1,50	0,03%	0,00%
Doações e contribuições	289,71	4,70%	0,50%	211,97	4,30%	0,46%
Total de contribuições para a sociedade	292,30	4,74%	0,51%	213,47	3,46%	0,37%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.964,49	1,62%	17,34%	9.695,64	1,96%	20,86%
Total	10.256,79	1,66%	17,85%	9.909,11	2,01%	21,32%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	46,57	0,76%	0,08%	20,94	0,42%	0,05%
Total	46,57	0,76%	0,08%	20,94	0,42%	0,05%

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
5 - Indicadores do corpo funcional		
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	87	85
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	25	28
Ensino médio	53	53
Ensino fundamental	9	4
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	7	6
De 30 até 45 anos (exclusive)	45	52
Acima de 45 anos	35	27
Admissões durante o período	7	5
Mulheres que trabalham na empresa	22,99	22,35
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	4,60	2,35
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de negros	0	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de gerentes	0	
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	73	94
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,08	27,20
Maior remuneração	17,13	16,32
Menor remuneração	0,61	0,6
Acidentes de trabalho	0	1

Demonstrações Contábeis Regulatórias

BALANÇO PATRIMONIAL

Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	2023	2022
CIRCULANTE		23.198,20	20.530,92
Caixa e equivalentes de caixa		6.861,20	5.581,68
Consumidores de energia a receber	06	11.817,59	10.795,31
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	06	-1.865,37	-1.630,82
Impostos a recuperar		1.189,31	909,01
Estoques		231,32	265,44
Serviços em curso		0,00	205,70
Ativos Regulatorios	08	1.935,02	2.590,92
Despesas de exercícios seguintes		72,66	81,00
Outros créditos		2.956,47	1.732,68
NÃO CIRCULANTE		52.213,84	48.551,23
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		738,13	755,62
Impostos a recuperar		394,02	378,01
Outros créditos		344,11	377,61
INVESTIMENTOS		448,60	160,61
IMOBILIZADO	07	50.905,18	47.442,34
INTANGÍVEL	07	121,93	192,66
TOTAL DO ATIVO		75.412,04	69.082,15

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	2023	2022
CIRCULANTE		11.621,77	11.185,62
Fornecedores		2.413,78	2.583,60
Salários e ordenados a pagar		1.470,15	981,73
Impostos, taxas e contribuições		1.647,37	747,18
Passivos regulatórios	08	1.936,92	2.774,99
Encargos setoriais		702,20	591,75
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		0,00	0,00
Repases a realizar		647,00	533,31
Outros débitos		2.804,35	2.973,06
NÃO CIRCULANTE		6.317,21	6.102,68
Fornecedores		0,00	0,00
Provisões para contingências	09	151,75	194,18
Contingências fiscais	09	1.504,00	1.504,00
Passivos regulatórios	08	0,00	0,00
Obrigações vinculadas ao serviço público	10	4.661,46	4.404,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.473,06	51.793,85
Capital social	11	8.729,94	8.423,60
Reavaliação regulatório compulsória		8.156,63	9.095,92
Reserva de sobras	11	37.250,72	31.684,99
Reserva legal		12.214,48	9.757,98
Fates		4.608,46	3.834,27
Fundo de manutenção		20.427,78	18.092,74
Sobras a disposição da AGO	11	3.335,77	2.589,34
TOTAL DO PASSIVO E PL		75.412,04	69.082,15

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/23	01/jan/22
		a 31/dez/23	a 31/dez/22
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITAS / INGRESSOS OPERACIONAIS	12	66.738,19	59.921,09
Fornecimento de energia elétrica		10.755,99	15.124,20
Disponibilização do sistema de distribuição		45.315,39	37.852,19
Ativos e passivos financeiros setoriais		685,89	(928,66)
Outras receitas operacionais (Serviços, contribuições e subvenções)		9.980,92	7.873,36
TRIBUTOS		(10.394,80)	(10.188,86)
ICMS		(10.312,98)	(10.105,13)
Pis-Pasep		(14,57)	(14,91)
Cofins		(67,25)	(68,82)
ENCARGOS - PARCELA A		(7.507,99)	(5.837,71)
Conta de desenvolvimento Energético - CVA		(6.234,22)	(4.569,74)
CDE Covid - 2019		(1.175,91)	(1.175,91)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(97,86)	(92,06)
Bandeiras tarifárias		-	-
RECEITAS / INGRESSOS LÍQUIDOS		48.835,40	43.894,52
Dispêndios / Custos não gerenciáveis - Parcela A			
Suprimento de energia elétrica		(14.192,40)	(14.898,70)
Proinfa		(955,33)	(721,46)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(6.452,81)	(5.496,61)
Encargos de serviço de sistema – ESS		(1.137,82)	(76,05)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		26.097,04	22.701,70
Dispêndios / Custos gerenciáveis - Parcela B			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	14	(13.078,24)	(11.941,18)
Material		(1.195,30)	(897,67)
Serviços de terceiros		(3.073,92)	(2.961,35)
Arrendamento e aluguéis		(24,67)	(21,86)
Tributos		(56,86)	(104,44)
Seguros		(205,19)	(123,47)
Doações, contribuições e subvenções		(167,94)	(135,03)
Provisão para Devedores Duvidosos		(298,71)	(656,48)
Depreciação e amortização		(2.572,28)	(2.439,96)
(-) Recuperação de Despesas		175,09	793,83
Outros gastos diversos		(109,50)	15,83
RESULTADO DA ATIVIDADE		5.489,52	4.229,92
RESULTADO FINANCEIRO		942,73	531,39
Despesas financeiras		(69,86)	(546,11)
Receitas financeiras		1.012,59	1.077,50
RESULTADO ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		6.432,25	4.761,31
IMPOSTOS SOBRE O NÃO COOPERATIVO		(130,33)	(85,32)
Contribuição social		(40,85)	(28,94)
Imposto de renda		(89,48)	(56,38)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.301,92	4.675,99

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (REAVALIAÇÃO)	RESERVAS ESTATUTARIAS				SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/21	7.917,05	10.057,92	7.603,70	3.102,98	16.280,20	26.986,88	2.636,42	47.598,27
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	6,55					-		6,55
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			517,87	460,69	1.812,54	2.791,10	(2.791,10)	-
- Avaliação compulsória regulatória						-		-
- Destinações AGO	500,00		1.636,41	500,00		2.136,41	(2.636,41)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(229,40)		(229,40)	704,44	475,04
- Realização da Reavaliação regulatória		(962,00)				-		(962,00)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO						-	4.675,99	4.675,99
SALDOS 31/DEZ/22	8.423,60	9.095,92	9.757,98	3.834,27	18.092,74	31.684,99	2.589,34	51.793,85
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	6,34					-		6,34
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			667,15	638,91	2.335,04	3.641,10	(3.641,10)	-
- Avaliação compulsória regulatória						-		-
- Destinações AGO	300,00		1.789,35	500,00		2.289,35	(2.589,35)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(364,72)		(364,72)		(364,72)
- Realização da Reavaliação regulatória		(939,29)				-		(939,29)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO						-	6.976,88	6.976,88
SALDOS 31/DEZ/23	8.729,94	8.156,63	12.214,48	4.608,46	20.427,78	37.250,72	3.335,77	57.473,06
MUTAÇÕES DO PERÍODO	306,34	(939,29)	2.456,50	774,19	2.335,04	5.565,73	746,43	5.679,21

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais)

(Método Direto)

	PERÍODOS	
	01/jan/23	01/jan/22
	a	a
	31/dez/23	31/dez/22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	55.802,39	55.437,42
Recebimento de Subvenções	8.438,88	10.964,53
Pagamentos a Fomecedores	(6.073,02)	(5.370,87)
Fomecedores Energia Elétrica Comprada	(17.521,43)	(18.919,84)
Salários e Encargos Sociais	(8.579,94)	(7.987,51)
Caixa Gerada pelas Operações	32.066,88	34.123,73
Encargos Setoriais	(9.383,54)	(10.067,81)
Juros Pagos	(1,38)	-
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(305,65)	(216,09)
Tributos Estaduais (ICMS)	(12.769,42)	(14.041,46)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(98,86)	(82,68)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	9.508,03	9.715,69
Indenizações	(127,65)	(97,84)
Associações e Convênios	(2.495,14)	(2.065,26)
Viagens	(59,10)	(3,06)
Outras Receitas e Despesas	103,56	(70,88)
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	6.929,70	7.478,65
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(6.150,14)	(6.317,79)
Recebido pela Venda de Imobilizado	353,21	133,86
Juros Recebidos	-	-
Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos	(5.796,93)	(6.183,93)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	423,66	294,77
Recebimentos repasses modicidade tarifária	103,87	-
Recebimentos repasses CDE-Covid	-	1.586,59
Despesas Bancárias	(380,79)	(398,68)
Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras	146,74	1.482,68
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	1.279,51	2.777,40
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	5.581,68	2.804,28
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	6.861,19	5.581,68
Varição pelo Caixa	1.279,51	2.777,40

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2023, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGAL.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem prazo único de 20 (vinte anos), contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DAS PERMISSÕES

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

NOTA 03 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes:

- (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e

- (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade

de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B, mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Os cálculos destes ajustes, reajustes ou revisões periódicas, e toda a legislação que regula este setor estão normatizados pelos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. A nova estrutura do PRORET foi aprovada pela resolução normativa n. 435/2011, dividido em 12 módulos e subdividido em submódulos.

NOTA 04 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 05 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando a poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido a depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de Setembro de 2013, com base em Laudo de Reavaliação aprovado em Assembleia Extraordinária e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de Setembro de 2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 06 - CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIAS E CONCESSIONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES								
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				2023	2022	SALDO	SALDO
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Provisão p/ Devedores Duvidosos	2023	2022
Fornecimento de Energia	9.309,06	141,74	179,05	366,26	1.539,37	(1.583,26)	(1.417,97)	9.952,22	9.164,49
Residencial	3.798,55	88,89	120,18	227,05	530,88	(849,69)	(759,85)	3.915,86	3.285,64
Industrial	634,02	25,28	3,81	41,88	791,87	(473,44)	(409,27)	1.023,42	1.217,00
Comercial	832,54	16,72	26,57	48,51	203,33	(246,84)	(229,86)	880,83	776,63
Rural	482,40	10,57	28,49	48,66	11,82	(11,82)	(18,99)	570,12	352,82
Poderes Públicos	70,49	0,28	-	0,16	1,47	(1,47)	-	70,93	50,65
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	119,88	-	-	-	-	-	-	119,88	98,49
Taxado	22,06	-	-	-	-	-	-	22,06	27,50
Parcelamentos creditos a receber	533,90							533,90	716,66
Outros	508,16	-	-	-	-	-	-	508,16	464,11
Fornecimento Não Faturado	2.307,06	-	-	-	-	-	-	2.307,06	2.174,99
Total	9.309,06	141,74	179,05	366,26	1.539,37	(1.583,26)	(1.417,97)	9.952,22	9.164,49

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	43.721,13	5.666,71	(1.047,76)	-	18.034,35	66.374,43	4.618,95	(21.886,89)	44.487,54	41.957,95
Terrenos	142,44	-	-	-	-	142,44	-	-	142,44	142,44
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.811,55	-	-	-	-	1.811,55	-	(239,84)	1.571,71	1.634,24
Máquinas e equipamentos	40.178,88	4.693,34	(729,26)	-	18.034,35	62.177,31	3.964,08	(20.769,42)	41.407,89	39.586,90
Veículos	1.562,24	973,37	(314,16)	-	-	2.221,45	659,21	(866,82)	1.354,63	582,07
Móveis e utensílios	26,02	-	(4,34)	-	-	21,68	(4,34)	(10,81)	10,87	12,30
Administração	2.310,05	574,24	(76,08)	-	-	2.808,21	498,16	(1.066,36)	1.741,85	1.274,05
Terrenos	420,22	-	-	-	-	420,22	-	-	420,22	420,22
Edificações, obras civis e benfeitorias	954,95	-	-	-	-	954,95	-	(493,10)	461,85	493,82
Máquinas e equipamentos	657,02	45,71	(31,95)	-	-	670,78	13,76	(408,37)	262,41	265,56
Veículos	82,79	89,47	(29,12)	-	-	143,14	60,35	(54,77)	88,37	-
Móveis e utensílios	195,07	439,06	(15,01)	-	-	619,12	424,05	(110,12)	509,00	94,45
Subtotal	46.031,18	6.240,95	(1.123,84)	-	18.034,35	69.182,64	5.117,11	(22.953,25)	46.229,39	43.232,00

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)-(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	3.956,56	15.516,98	-	(14.797,75)	-	4.675,79	719,23	-	4.675,79	3.956,56
Máquinas e equipamentos	1.829,06	5.459,60	-	(5.106,91)	-	2.181,75	352,69	-	2.181,75	1.829,06
Outros	2.127,50	10.057,38	-	(9.690,84)	-	2.494,04	366,54	-	2.494,04	2.127,50
Administração	253,77	807,26	-	(1.061,03)	-	-	(253,77)	-	-	253,78
Máquinas e equipamentos	-	45,72	-	(45,72)	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	253,77	761,54	-	(1.015,31)	-	-	(253,77)	-	-	253,78
Subtotal	4.210,33	16.324,24	-	(15.858,78)	-	4.675,79	465,46	-	4.675,79	4.210,34

Total do Ativo Imobilizado	50.241,51	22.565,19	(1.123,84)	(15.858,78)	18.034,35	73.858,43	5.582,57	(22.953,25)	50.905,18	47.442,34
-----------------------------------	------------------	------------------	-------------------	--------------------	------------------	------------------	-----------------	--------------------	------------------	------------------

A composição do intangível é como segue:

Intangível - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	98,29	-	-	-	-	98,29	-	(92,84)	5,45	6,19
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	98,29	-	-	-	-	98,29	-	(92,84)	5,45	6,19
Administração	360,74	-	-	-	-	360,74	-	(244,26)	116,48	186,47
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	360,74	-	-	-	-	360,74	-	(244,26)	116,48	186,47
Subtotal	459,03	-	-	-	-	459,03	-	(337,10)	121,93	192,66
Total do Ativo Intangível	459,03	-	-	-	-	459,03	-	(337,10)	121,93	192,66

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)-(C)
AIS Bruto	41.026,43	3.845,80	729,26	62.177,31	3.116,54
Transformador de Distribuição	6.425,12	513,38	162,15	6.776,35	351,23
Medidor	2.627,48	265,44	118,64	2.774,28	146,80
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	13.121,65	841,95	-	13.963,60	841,95
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.545,75	2.180,21	-	4.725,96	2.180,21
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	44,82	-	44,82	44,82
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10.077,16	-	-	10.077,16	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	6.229,27	-	448,47	23.815,14	(448,47)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	3.666,40	947,70	-	4.614,10	947,70
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	2.768,98	947,70	-	3.716,68	947,70
Universalização	-	-	-	-	-
Outros	897,42	-	-	897,42	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	396,45	-	-	396,45	-
Excedente de reativos	500,97	-	-	500,97	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-

	2023			2022	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,88%	66.374,42	(21.682,71)	44.691,71	41.958,09
Custo histórico	3,92%	48.340,08	(11.738,61)	36.601,47	32.862,46
Correção monetária especial	-			-	-
Reavaliação	3,76%	18.034,34	(9.944,10)	8.090,24	9.095,63
Administração	3,43%	2.808,23	(1.270,55)	1.537,68	1.273,91
Custo histórico	3,43%	2.808,23	(1.270,55)	1.537,68	1.273,91
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
TOTAL	-	69.182,65	(22.953,26)	46.229,39	43.232,00

A composição das adições do exercício “Em Curso”, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	280,00			8,00	288,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias					-
Máquinas e Equipamentos	4.329,98	488,34	575,95	111,05	5.505,32
Móveis e Utensílios	572,96	23,66			596,62
Custos a Distribuir					-
Desenvolvimento de Projetos					-
Transformação, Fabricação e Reparo de					-
Material em Depósito	3.873,82				3.873,82
Compras em Andamento	3.689,45				3.689,45
Adiantamentos a Fornecedores	1.198,05				1.198,05
Outros - Veículos	1.161,60	11,36		0,02	1.172,98
Total das Adições	15.105,86	523,36	575,95	119,07	16.324,24

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
	-
Veículos	14,29
Edificações	3,33
Equipamentos Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Software	20,00
Urbanização e Benfeitorias	3,33

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CABO ALUMÍNIO PROTEGIDO 185MM XLPE 35KV	R\$ 656,18
HILUX CS DSL 4X4, ANO/MOD 2022/2023	R\$ 357,08
HILUX CS DSL 4X4, ANO/MOD 2022/2023	R\$ 357,08
CABO QUADRUPLEX DE ALUMÍNIO 3#70+70MM2	R\$ 352,67
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12 X 600 dAN	R\$ 340,10
CABO DE ALUMINIO 336,4CA	R\$ 251,37
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 10 X 300 dAN	R\$ 225,45
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12 X 1000 dAN	R\$ 203,19
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 10 X 600 dAN	R\$ 183,38
CABO DE COBRE NU 25mm2	R\$ 170,50

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
HILUX CS 4X4, 2010/2010	R\$ 111,67
HILUX CS 4X4, 2009/2010	R\$ 110,29
TRANSF. DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO 45KVA	R\$ 74,98
TRANSF. DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO 75KVA	R\$ 60,93
MEDIDOR ELETRÔNICO TRIFÁSICO	R\$ 44,15
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 10 M, 300 DAN	R\$ 43,63
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 10 M, 600 DAN	R\$ 41,43
CABO DE ALUMÍNIO NÚ 2 AWG MONOFÁSICO	R\$ 38,89
AUTOMOVEL GOL 1.6 CITY, ANO 2013/2014	R\$ 33,28
CABO DE COBRE NU 35mm2	R\$ 32,59

NOTA 08 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 30/09/2019 a 29/09/2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERGAL transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERGAL, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERGAL não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.590,92	2.437,79	(3.093,68)	1.935,02	210,40	1.724,62	1.935,02	-
Majoração PIS/Cofins	1.858,44	1.263,10	(2.859,95)	261,59	178,90	82,69	261,59	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	188,75	87,41	(233,64)	42,51	31,50	11,01	42,51	-
Sobrecontratação de Energia	0,10	-	(0,10)	0,00	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	543,64	1.087,28	-	1.630,92	-	1.630,92	1.630,92	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.590,92	2.437,79	(3.093,68)	1.935,02	210,40	1.724,62	1.935,02	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	89,74	-	(89,74)	-	-	-	-	-
Proinfra	34,40	-	(34,40)	-	-	-	-	-
ESS	55,34	-	(55,34)	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.685,25	5.494,57	(6.242,89)	1.936,92	(804,67)	2.741,60	1.936,92	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-
CVE Energia	-	1.230,05	(401,49)	828,56	-	828,56	828,56	-
Neutralidade da Parcela A	950,13	3.471,79	(3.810,21)	611,70	(397,51)	1.009,21	611,70	-
Outros - Bandeiras Tarifárias	36,05	168,05	(150,07)	54,03	-	54,03	54,03	-
Sobrecontratação de Energia	-	92,27	(56,80)	35,46	-	35,46	35,46	-
Outros - IF CUSD Energia (DIC/FIC Supridora)	1.699,07	532,42	(1.824,32)	407,17	(407,16)	814,33	407,17	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.774,99	5.494,57	(6.332,63)	1.936,92	(804,67)	2.741,60	1.936,92	-

NOTA 09 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS

R\$ Mil	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
Saldos em 31/12/2022	194,18	1.504,00	-	1.698,18
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(42,43)	-	-	(42,43)
Atualização	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	151,75	1.504,00	-	1.655,75

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	3.666,31	947,70	-	4.614,01	947,70	-	4.614,01	3.666,31
Participação da União, Estados e Municípios	-	675,60	-	675,60	675,60	-	675,60	-
Participação Financeira do Consumidor	99,71	-	-	99,71	-	-	99,71	99,71
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	2.669,17	272,10	-	2.941,27	272,10	-	2.941,27	2.669,17
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	897,43	-	-	897,43	-	-	897,43	897,43
Ultrapassagem de demanda	330,92	-	-	330,92	-	-	330,92	330,92
Excedente de reativos	566,51	-	-	566,51	-	-	566,51	566,51
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(381,42)	(165,30)	-	(546,72)	(165,30)	-	(546,72)	(381,42)
Participação da União, Estados e Municípios	-	(17,37)	-	(17,37)	(17,37)	-	(17,37)	-
Participação Financeira do Consumidor	(22,58)	(3,86)	-	(26,44)	(3,86)	-	(26,44)	(22,58)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(238,67)	(109,30)	-	(347,97)	(109,30)	-	(347,97)	(238,67)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(120,17)	(34,77)	-	(154,94)	(34,77)	-	(154,94)	(120,17)
Ultrapassagem de demanda	(76,88)	(12,82)	-	(89,70)	(12,82)	-	(89,70)	(76,88)
Excedente de reativos	(43,29)	(21,95)	-	(65,24)	(21,95)	-	(65,24)	(43,29)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.284,89	782,40	-	4.067,29	782,40	-	4.067,29	3.284,89

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Curso	675,59	1.541,26	(2.216,85)	-	(675,59)	-	-	675,59
Participação Financeira do Consumidor	259,24	1.269,15	(1.528,39)	-	(259,24)	-	-	259,24
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	272,11	(272,11)	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	416,35	-	(416,35)	-	(416,35)	-	-	416,35
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	444,02	150,15	-	594,17	150,15	-	594,17	444,02
Ultrapassagem de demanda	188,67	46,42	-	235,09	46,42	-	235,09	188,67
Excedente de reativos	255,35	103,73	-	359,08	103,73	-	359,08	255,35
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.119,61	1.691,41	(2.216,85)	594,17	(525,44)	-	594,17	1.119,61
							4,661,46	
Total	4.404,50	2.473,81	(2.216,85)	4.661,46	256,96	-	4.661,46	4.404,50

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Cabo de cobre nu 35mm ²	107,68
Cabo de cobre nu 25mm ²	58,62
Transformador distribuição trif. 75kva	42,41
Transformador distribuição trif. 112,5kva	35,38
Poste circular de concreto 10 x 300 dan	31,26
Cabo alumínio protegido 50mm x lpe 15kv	26,45
Poste circular de concreto 11 x 600 dan	22,18
Poste circular de concreto 12 x 600 dan	19,00
Poste circular de concreto 11 x 300 dan	18,83
Cabo quadruplex de alumínio 3#70+70mm ²	17,84

Não foram efetuadas baixas nas obrigações especiais no exercício de 2023 e 2022.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 8.729,94 mil. À quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Reservas de sobras:

	2023	2022
FATES	4.608,46	3.834,27
Reserva Legal	12.214,48	9.757,98
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	20.427,78	18.092,74
Total	37.250,72	31.684,99

Sobras / Perdas a Disposição da Assembleia:

	2023	2022
Sobras	3.335,77	2.589,34
(-) Perdas	0,00	0,00
Total	3.335,77	2.589,34

NOTA 12 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	20.155	19.765	60,69	58,27	51.126,69	48.924,51
Residencial	18.561	18.172	37,92	35,33	33.437,35	30.996,19
Industrial	197	202	4,25	4,77	3.651,55	3.936,25
Comercial	813	796	9,81	9,41	8.039,27	7.986,46
Rural	521	535	3,09	3,13	2.612,46	2.466,00
Poder público	41	43	0,69	0,77	629,85	680,44
Iluminação pública	6	4	3,68	3,56	1.986,27	2.025,13
Serviço público	16	13	1,25	1,30	769,94	834,04
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	17,37	15,52	5.094,85	4.391,38
Consumidores Cativos					-	
Consumidores Livres			17,37	15,52	4.962,78	4.300,77
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias					132,07	90,61
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(150,15)	(144,21)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem					- 46,42	- 33,71
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de					- 103,73	- 110,50
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Consumidor					-	-
Regulatórias	-	-	-	-	10.666,80	6.749,41
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não	-	-	-	-	10.666,80	6.749,41
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	- 695,90
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devol					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e						
Passivos Financeiros Setoriais					685,88	-
IFRS					-	771,90
Serviços Cobráveis					121,29	141,41
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					9.859,63	6.532,00
Total	20.155	19.765	78,06	73,79	66.738,19	59.921,09

NOTA 13 – COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

No exercício de 2022 e 2023, a Permissionária efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme demonstrado a seguir:

	2023		2022	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Compra	60.987	10.274,18	33.130	5.352,59
Compra estimada	-	-	-	-
Total	60.987,40	10.274,18	33.129,87	5.352,59

NOTA 14 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal	12.570,20	11.470,23
Remuneração	7.210,29	6.523,06
Encargos	2.842,68	2.477,03
Despesas rescisórias		153,98
Outros benefícios - Corrente	2.252,82	2.188,66
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	264,41	127,50
Administradores	508,04	470,95
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	487,24	457,60
Benefícios dos administradores	20,80	13,35
Total	13.078,24	11.941,18

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Sendo a CERGAL uma Permissionária Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

NOTA 16 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO
REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1966, de 24 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 21,83%, correspondendo a um efeito médio de 25,40% a ser percebido pelos consumidores.

Em 28 de setembro de 2017, tempestivamente por meio do Ofício nº 11/2017, a Confederação Nacional das cooperativas de Infra-Estrutura-Infracoop solicitou à ANEEL suspender os efeitos tarifários aplicados às cooperativas listadas, até a conclusão definitiva da metodologia para cálculo da subvenção, objeto da Audiência Pública 35/2017.

Assim, o Diretor-Geral, por entender presentes os requisitos necessários, concedeu, por meio do Despacho nº 363, de 2 de outubro de 2017, efeito suspensivo da

Resolução nº 2.299, de 19 de setembro de 2017, que homologou o reajuste da Cergal, e, como consequência, informou sobre a continuidade da aplicação das tarifas homologadas em 2016.

Na 38ª Reunião Pública Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2017, a Diretoria Colegiada decidiu apreciar novamente os processos tarifários e prorrogar as tarifas da Cergal até 31 de outubro de 2017, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.312, de 10 de outubro de 2017.

A SGT, pela Nota Técnica nº 320/2017-SGT/ANEEL, de 24 de outubro de 2017, ao se considerarem os procedimentos, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal. O resultado desse cálculo conduz ao efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 23,00%, sendo 24,05%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 22,65%, em média, para os conectados na baixa tensão.

Em 19 de setembro de 2018, através da Nota Técnica nº 208/2018_SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 14,76% (catorze vírgula setenta e seis por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 18 de setembro de 2019, através da Nota Técnica nº 176/2019 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 10,0% (dez por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 28 de setembro de 2021, através da Nota Técnica nº 222/2021 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 10,92% (dez vírgula noventa e dois por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 28 de setembro de 2022, através da Nota Técnica nº 182/2022 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 26 de setembro de 2023, através da Nota Técnica nº 108/2023 STR/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em -0,44% (menos zero vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

O contrato de Permissão nº 16/2008, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da CERGAL define a data de 28 de setembro de 2012 como a data em que deverá ser processada a primeira revisão tarifária periódica.

Contudo, pela ausência de metodologia em tempo hábil para a realização do 1CRTP, foi editada a Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, onde foram estabelecidos os procedimentos a serem adotados nos processos de revisão tarifária das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias.

Nesse sentido, foi emitida a Nota Técnica nº 329/2012-SER/ANEEL, de 17 de setembro de 2012, propondo a prorrogação da vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica da CERGAL, constantes da Resolução Homologatória nº 1.206/, de 20 de setembro de 2011, até o processamento definitivo da revisão tarifária periódica da permissionária.

Com o estabelecimento da metodologia do 1CRTP das Permissionárias em 05 de março de 2013, considerados os aperfeiçoamentos metodológicos determinados na deliberação da Diretoria da ANEEL na 21ª Reunião Ordinária realizada em 11 de junho de 2013, é processada a 1CRTP da CERGAL com data de competência correspondente a 28 de setembro de 2012. As tarifas determinadas serão utilizadas como referencial para a apuração de diferenças positivas ou negativas em relação às tarifas efetivamente

praticadas desde aquela data, cabendo a aplicação de eventuais ajustes nos processos tarifários ordinários que forem realizados futuramente.

Para a segunda Revisão Tarifária Periódica – RTP, a permissionária adotou a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2,0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.146, de 27 de setembro de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio foi de 1,93% correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores.

Em 2020, a CERGAL passou pelo terceiro ciclo de revisão tarifária, onde a ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória 2.768 de 06 de outubro de 2020, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL resultantes do processo de reajuste tarifário de 2020, cujo reajuste médio foi de 0,51% correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores.

RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.5, versão 1.0 atualizado pela resolução 788/2017 e no Submódulo 8.2, versão 2.0, atualizado pela resolução 704/2016, o resultado da Revisão Tarifária Periódica da permissionária é apresentado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, outras receitas bem como os componentes financeiros e a receita verificada.

As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, do Anexo, estarão em vigor no período de 30 de setembro de 2023 a 29 de setembro de 2024.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	9.129.557,99	10.326.886,19	13,11%	2,37%	19,71%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	104.160,54	99.932,56	-4,06%	-0,01%	0,19%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.188.555,26	5.885.714,49	-4,89%	-0,60%	11,23%
CDE Conta-COVID	1.248.602,99	1.175.911,39	-5,82%	-0,14%	2,24%
CDE Eletrobras	965.997,60	103.866,24	-89,25%	1,70%	-0,20%
CDE GD		360.378,51	100,00%	0,71%	0,69%
CDE Escassez Hídrica		904.479,61	100,00%	1,79%	1,73%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	1.521.490,80	1.132.418,15	-25,57%	-0,77%	2,16%
PROINFA	1.032.746,01	871.917,71	-15,57%	-0,32%	1,66%
ENERGIA COMPRADA	10.973.482,62	11.414.398,78	4,02%	0,87%	21,79%
Energia	10.973.482,62	11.414.398,78	4,02%	0,87%	21,79%
TRANSPORTE DE ENERGIA	6.396.004,20	6.985.136,71	9,21%	1,16%	13,33%
Uso do sistema de distribuição	6.396.004,20	6.985.136,71	9,21%	1,16%	13,33%
Total de Parcela A	26.499.044,81	28.726.421,68	8,41%	4,40%	54,83%
Total de Parcela B	24.120.742,42	23.664.929,51	-1,89%	-0,90%	45,17%
Varição econômica				3,50%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		268.348,97		0,53%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(522.214,03)		-1,03%	
Neutralidade Financeiros e Encargos Conta Covid		(74.052,26)		-0,15%	
Neutralidades Crédito de Pis cofins		8.183,80		0,02%	
Neutralidade Conta Escassez		39.071,48		0,08%	
Compensação DIC FIC		(8.635,43)		-0,02%	
Subvenção CDE		(865.085,40)		-1,71%	
Financeiro CDE Eletrobras		(11.625,81)		-0,02%	
CVE - Energia		(687.205,40)		-1,36%	
CVE - Encargos		(488.931,82)		-0,97%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia		(53.195,04)		-0,11%	
Reversão de Risco Hidrológico		(952.734,51)		-1,88%	
Previsão de Risco Hidrológico		1.180.967,31		2,33%	
Total Financeiros		(2.167.108)		-4,28%	
Varição econômica e financeira				-0,78%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				0,34%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-0,44%	

Os custos da Parcela A representam 54,83% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 4,40% da variação econômico-financeira da Cergal, com destaque para:

a) r) Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 2,37% no presente processo tarifário. Destaca-se, principalmente:

- a inserção do encargo CDE Geração Distribuída, destinado ao custeio dos subsídios tarifários concedidos às unidades consumidoras participantes do SCEE30, com efeito de 0,71%;
- O início do recolhimento da cota CDE Conta Escassez, que visa o pagamento empréstimo contraído pelas distribuidoras e permissionária de energia elétrica destinado a reduzir os impactos financeiros dos custos referentes à compra de energia no período de escassez hídrica de 2021, resultando em um efeito de 1,79% e;
- Os valores de ESS/ERR passam a fazer parte dos custos da distribuidora, com efeito de -0,77%.

b) Custos de Transmissão. Os custos com transmissão tiveram um impacto de 1,16% no efeito final. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário da supridora Celesc.

c) Compra de Energia. O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de 0,87% na tarifa vigente, esse impacto sucede dos reajustes dos contratos de energia com a sua principal supridora, a Celesc e da atualização dos contratos de energia com a Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e Celesc Geração.

Com relação à Parcela B, sua participação no processo tarifário é de 45,17% da Receita, resultando num efeito de -0,90% na variação econômico-financeira da tarifa vigente. Já em relação aos componentes financeiros, estes com efeito total de -4,28%, destacam-se: (i) a previsão do risco hidrológico em 2,33%; e (ii) a Subvenção para baixa densidade de carga, com impacto de -1,71%.

Ao resultado da variação econômica, de 3,50%, foram adicionados os componentes financeiros devidos, no total de -4,28%, que, somado à retirada dos financeiros do processo anterior (0,34%), resultou no efeito médio final para o consumidor em -0,44%.

Notas Conciliatórias

Societária
X
Regulatória

NOTA 17 – CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	NOTA	ATIVO					
		2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE		23.198,20	0,00	23.198,20	20.530,92	0,00	20.530,92
Caixa e bancos		1.462,44	0,00	1.462,44	1.470,61	0,00	1.470,61
Aplicações financeiras		5.398,76	0,00	5.398,76	4.111,07	0,00	4.111,07
Consumidores de energia a receber		11.817,59	0,00	11.817,59	10.795,31	0,00	10.795,31
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-1.865,37	0,00	-1.865,37	-1.630,82	0,00	-1.630,82
Impostos a recuperar		1.189,31	0,00	1.189,31	909,01	0,00	909,01
Estoques		231,32	0,00	231,32	265,44	0,00	265,44
Serviços em curso		0,00	0,00	0,00	205,70	0,00	205,70
Ativos Regulatorios	01	1.935,02	0,00	1.935,02	2.590,92	0,00	2.590,92
Despesas de exercícios seguintes		72,66	0,00	72,66	81,00	0,00	81,00
Outros créditos		2.956,47	0,00	2.956,47	1.732,68	0,00	1.732,68
NÃO CIRCULANTE		52.213,84	8.156,63	44.057,21	48.551,23	9.095,92	39.455,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		738,13	-10.712,74	11.450,87	755,62	-8.841,71	9.597,33
Impostos a recuperar		394,02	0,00	394,02	378,01	0,00	378,01
Serviços em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo indenizado (Permissão)	02	0,00	-10.712,74	10.712,74	0,00	-8.841,71	8.841,71
Outros créditos		344,11	0,00	344,11	377,61	0,00	377,61
INVESTIMENTOS		448,60	0,00	448,60	160,61	0,00	160,61
IMOBILIZADO	03	50.905,18	46.083,07	4.822,11	47.442,34	43.543,46	3.898,88
INTANGÍVEL		121,93	-27.213,70	27.335,63	192,66	-25.605,83	25.798,49
TOTAL DO ATIVO		75.412,04	8.156,63	67.255,41	69.082,15	9.095,92	59.986,23

NOTA	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	11.621,77	0,00	11.621,77	11.185,62	0,00	11.185,62
Fornecedores	2.413,78	0,00	2.413,78	2.583,60	0,00	2.583,60
Salários e ordenados a pagar	1.470,15	0,00	1.470,15	981,73	0,00	981,73
Impostos, taxas e contribuições	1.647,37	0,00	1.647,37	747,18	0,00	747,18
Passivos regulatórios	01 1.936,92	0,00	1.936,92	2.774,99	0,00	2.774,99
Obrigações estimadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos setoriais	702,20	0,00	702,20	591,75	0,00	591,75
Pesquisa e desenv. e eficiência energética	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Repasses a realizar	647,00	0,00	647,00	533,31	0,00	533,31
Provisão para litígios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros débitos	2.804,35	0,00	2.804,35	2.973,06	0,00	2.973,06
NÃO CIRCULANTE	6.317,21	0,00	6.317,21	6.102,68	0,00	6.102,68
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências	151,75	0,00	151,75	194,18	0,00	194,18
Contingências fiscais	1.504,00	0,00	1.504,00	1.504,00	0,00	1.504,00
Passivos regulatórios	01 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações vinc. ao serviço público	4.661,46	0,00	4.661,46	4.404,50	0,00	4.404,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05 57.473,06	8.156,63	49.316,43	51.793,85	9.095,92	42.697,93
Capital social	8.729,94	0,00	8.729,94	8.423,60	0,00	8.423,60
Reserva legal	12.214,48	0,00	12.214,48	9.757,98	0,00	9.757,98
Reavaliação regulatório compulsória	05 8.156,63	8.156,63	0,00	9.095,92	9.095,92	0,00
Ajustes / Resultados regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fates	4.608,46	0,00	4.608,46	3.834,27	0,00	3.834,27
Fundo de manutenção	20.427,78	0,00	20.427,78	18.092,74	0,00	18.092,74
Sobras a disposição da AGO	3.335,77	0,00	3.335,77	2.589,34	0,00	2.589,34
TOTAL DO PASSIVO E PL	75.412,04	8.156,63	67.255,41	69.082,15	9.095,92	59.986,23

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA	PERÍODOS					
	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
INGRESSOS OPERACIONAIS	66.738,19	(8.631,75)	75.369,94	59.921,09	(2.585,59)	62.506,68
Fornecimento de energia	10.755,99	-	10.755,99	15.124,20	-	15.124,20
Uso do sistema de distribuição	45.315,39	-	45.315,39	37.852,19	-	37.852,19
Ativos e passivos regulatórios	685,89	-	685,89	(928,66)	-	(928,66)
Receita de construção	04 -	(8.631,75)	8.631,75	-	(2.585,59)	2.585,59
Outras receitas operacionais	9.980,92	-	9.980,92	7.873,36	-	7.873,36
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(17.902,78)	-	(17.902,78)	(16.026,57)	-	(16.026,57)
Tributos e contribuições sobre a receita	(10.394,80)	-	(10.394,80)	(10.188,86)	-	(10.188,86)
Encargos do consumidor	(7.507,98)	-	(7.507,98)	(5.837,71)	-	(5.837,71)
INGRESSOS LÍQUIDOS	48.835,41	(8.631,75)	57.467,16	43.894,52	(2.585,59)	46.480,11
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(43.345,88)	7.956,81	(51.302,69)	(39.664,60)	1.881,13	(41.545,73)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(22.738,36)	-	(22.738,36)	(20.502,74)	-	(20.502,74)
Custo com energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	-	(690,08)	-	(690,08)
Custo de operação						
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(13.078,24)	-	(13.078,24)	(11.941,18)	-	(11.941,18)
Material	(1.195,30)	-	(1.195,30)	(897,67)	-	(897,67)
Serviços de terceiros	(3.073,92)	-	(3.073,92)	(2.961,35)	-	(2.961,35)
Arrendamento e aluguéis	(24,67)	-	(24,67)	(21,86)	-	(21,86)
Tributos	(56,86)	-	(56,86)	(104,44)	-	(104,44)
Seguros	(205,19)	-	(205,19)	(123,47)	-	(123,47)
Doações, contribuições e subvenções	(167,94)	-	(167,94)	(135,03)	-	(135,03)
Provisão para Devedores Duvidosos	(298,71)	-	(298,71)	(656,48)	-	(656,48)
Reversão Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	06 (2.572,28)	(674,94)	(1.897,34)	(2.439,96)	(704,46)	(1.735,50)
(-) Recuperação de Despesas	175,09	-	175,09	793,83	-	793,83
Custo de Construção	04 -	8.631,75	(8.631,75)	-	2.585,59	(2.585,59)
Outros	(109,50)	-	(109,50)	15,83	-	15,83
SOBRA BRUTA	5.489,53	(674,94)	6.164,47	4.229,92	(704,46)	4.934,38
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	942,73	-	942,73	531,39	-	531,39
Dispêndios financeiros	(69,86)	-	(69,86)	(546,11)	-	(546,11)
Ingressos financeiros	1.012,59	-	1.012,59	1.077,50	-	1.077,50
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	6.432,26	(674,94)	7.107,20	4.761,31	(704,46)	5.465,77
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(130,33)	-	(130,33)	(85,32)	-	(85,32)
Contribuição social	(40,85)	-	(40,85)	(28,94)	-	(28,94)
Imposto de renda	(89,48)	-	(89,48)	(56,38)	-	(56,38)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	06 6.301,93	(674,94)	6.976,87	4.675,99	(704,46)	5.380,45

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] Ativos e Passivos Financeiros

Não existem ajustes referente aos Ativos Financeiros que são decorrentes da contabilização das Neutralidades da Parcela A que estão em formação, sendo que na contabilidade societária também estão sendo reconhecidos, quando da assinatura do aditivo do contrato de permissão.

[2] Ativos Financeiros da Permissão

Os ajustes dos Ativos Financeiros da Permissão são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

[3] Imobilizado

Os ajustes da Reavaliação Regulatória e Depreciação são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

[4] Receita e Custo de Construção (Resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Permissão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Permissão.

[5] Conciliação do Patrimônio Líquido e Sobras (Societária e Regulatória).

	2023	2022
Saldo Patrimônio Líquido Societário	49.316,44	42.697,93
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	8.156,63	9.095,93
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	22.103,28	22.103,28
Realização - reavaliação regulatória compulsória	(13.946,65)	(13.007,36)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldo Patrimônio Líquido Regulatório	57.473,07	51.793,86

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra /as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Os ativos e passivos financeiros regulatórios foram todos registrados na contabilidade societária com a assinatura do aditivo do contrato de permissão. Com isso, estes valores não geram diferenças entre o patrimônio líquido da societária e regulatória.

[6] CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	6.976,88	5.380,44
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(674,94)	(704,47)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(674,94)	(704,47)
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	6.301,94	4.675,97

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2023, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Ativos e passivos financeiros setoriais: Trata-se de valores regulatórios que anteriormente eram registrados somente na contabilidade regulatória. Com a assinatura do aditivo do contrato de permissão, estes valores também estão sendo registrados na contabilidade societária. Desta forma, não houveram ajustes entre 2022 e 2023.

NOTA 18 – LEI DE PROTEÇÃO DOS DADOS

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa cooperativa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis.

Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa permissionária, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, estando em fase de revisão dos contratos com usuários, funcionários e parceiros, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

NOTA 19 – NOVO MARCO REGULATÓRIO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída (GD) pelo sistema de compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa permissionária, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da permissionária, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras.

Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas..

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 04 e 05 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL** com data de 16 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 09 de abril de 2024.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8
CNAI N° 638